

Fundo Municipal de Saúde de Salgueiro

RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE
CNPJ: 10.233.967/0001-77

Usuário: Karoline Alves	Chave de Autenticação 1498-6344-928	Página 1 / 3
-------------------------	--	-----------------

Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018

Despesa realizada: Empenhada

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante NOTA 1	3.324.222,78	1.873.952,76	Passivo Circulante NOTA 13	2.797.291,90	2.885.040,62
Caixa e equivalentes de caixa (F) NOTA 2	3.129.203,54	1.678.933,52	Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo (F) NOTA 14	187.421,25	167.247,74
Créditos a curto prazo	0,00	0,00	Empréstimos e financiamentos a curto prazo	0,00	0,00
Créditos tributários a receber	0,00	0,00	Fornecedores e contas a pagar a curto prazo (F)	850.614,53	632.653,91
Clientes	0,00	0,00	Obrigações fiscais a curto prazo	0,00	0,00
Créditos de transferências a receber	0,00	0,00	Obrigações de repartição a outros entes	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00	Provisões a curto prazo	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	0,00	0,00	Demais obrigações a curto prazo (F)	1.759.256,12	2.085.138,97
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00			
(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo	0,00	0,00			
Demais créditos e valores a curto prazo (F)	195.019,24	195.019,24			
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00			
Ativo não Circulante NOTA 8	13.832.814,40	12.578.193,97	Passivo não Circulante NOTA 19	0,00	0,00
Ativo realizável a longo prazo	0,00	0,00	Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo NOTA 20	0,00	0,00
Créditos a longo prazo NOTA 9	0,00	0,00	Empréstimos e financiamentos a longo prazo	0,00	0,00
Créditos tributários a receber	0,00	0,00	Fornecedores e contas a pagar a longo prazo	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	Obrigações fiscais a longo prazo	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00	Provisões a longo prazo	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	0,00	0,00	Demais obrigações a longo prazo	0,00	0,00
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00	Resultado diferido	0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a longo prazo NOTA 10	0,00	0,00			
Demais créditos e valores a longo prazo	0,00	0,00			
Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00			
Investimentos	0,00	0,00			
Participações permanentes	0,00	0,00			
Avaliadas pelo método de equivalência	0,00	0,00			
Avaliadas pelo método de custo	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00			
Propriedades para investimentos	0,00	0,00			
(-) Depreciação acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00			
Investimentos do RPPS de longo prazo	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de propriedades	0,00	0,00			
Demais investimentos permanentes	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00			
Imobilizado	13.832.814,40	12.578.193,97			
Bens móveis (P)	3.926.127,49	2.749.143,79			
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens móveis (P)	-58.915,76	-58.915,76			
			TOTAL DO PASSIVO	2.797.291,90	2.885.040,62
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Patrimônio social/capital social	0,00	0,00
			Adiantamento para futuro aumento de capital	0,00	0,00
			Reservas de capital	0,00	0,00
			Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00
			Reservas de lucros	0,00	0,00
			Demais reservas	0,00	0,00
			Resultado acumulado	14.359.745,28	11.567.106,11
			Resultado do exercício (P)	2.792.639,17	506.740,39
			Resultado de exercícios anteriores (P)	11.567.106,11	11.060.365,72
			Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
			Outros resultados	0,00	0,00
			Ações/Cotas em tesouraria	0,00	0,00



Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
Acesse em: https://eicr.ce.gov.br/ep/validaDoc.seam?codigoDoDocumento=3592f28-50a7-4b58-83cf-72917-717

Fundo Municipal de Saúde de Salgueiro

RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE
CNPJ: 10.233.967/0001-77

Usuário: Karoline Alves

Chave de Autenticação
1498-6344-928

Página
2 / 3

Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018

Despesa realizada: Empenhada

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	0,00	0,00	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.359.745,28	11.567.106,11
Bens imóveis (P)	9.965.602,67	9.887.965,94	NOTA 25		
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	0,00	0,00			
Intangível	0,00	0,00			
Softwares	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
TOTAL	17.157.037,18	14.452.146,73	TOTAL	17.157.037,18	14.452.146,73
ATIVO FINANCEIRO	3.324.222,78	1.873.952,76	PASSIVO FINANCEIRO	3.483.647,33	3.425.731,05
NOTA 26			NOTA 28		
ATIVO PERMANENTE	13.832.814,40	12.578.193,97	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
NOTA 27			NOTA 29		
SALDO PATRIMONIAL				13.673.389,85	11.026.415,68

COMPENSAÇÕES

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos atos potenciais do ativo			Saldo dos atos potenciais do passivo		
Execução dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais passivos	0,00	0,00
Garantias e contragarantias recebidas a executar	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos	0,00	0,00
Direitos contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

NOTA 30

00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-895.139,70	-1.219.968,86
02 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - SAÚDE	-734.595,16	-745.459,13
38 - TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO	1.461.568,84	204.761,11
80 - OUTRAS ESPECIFICAÇÕES	8.741,47	208.888,59
TOTAL	-159.424,55	-1.551.778,29

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários



Fundo Municipal de Saúde de Salgueiro

RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE
CNPJ: 10.233.967/0001-77

Usuário: Karoline Alves

Chave de Autenticação

1498-6344-928

Página

3 / 3

Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

ADJA GEORGIA BARROS VIEIRA

SECRETÁRIA DE SAÚDE
CPF: 056.131.054-80

ROSTAND FALCAO DE LIMA

CONTADOR
CRC/PE - 019974/O-8

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
Acesse em: [https://eic:ice:pe.gov.br/epp/validaDoc:seam:Código do documento: 35b92f28-50a7-4b58-83cf-7bf9de168fb0](https://eic:ice:pe.gov.br/epp/validaDoc:seam:Código%20do%20documento:35b92f28-50a7-4b58-83cf-7bf9de168fb0)





Fundo Municipal de Saúde

BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal de Saúde
Exercício de 2018

Balanço Patrimonial
Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64

Prestação de Contas de Gestão
Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018 e atualizada
pela nº 052, de 13 de fevereiro de 2019



APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal de Saúde contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimoniais Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil **E-Pública**, como nas respectivas Notas Explicativas.

Para tanto, os dados da Prefeitura, Câmara, Fundos e demais entidades foram consolidados dentro do Sistema Contábil **E-Pública**.

Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 9 – Contabilização de retenções; 10 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 11 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 12 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 13 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 52, de 13 de fevereiro de 2019, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida fluante (Anexo XVI) e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.



Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os dados do balanço patrimonial de 2018, observamos que o total do ativo circulante (bens e direitos de curto prazo) foi de R\$ 3.324.222,78, enquanto o não circulante (bens e direitos de longo prazo) foi de R\$ 13.832.814,40. O passivo de curto prazo (circulante) apresentou o valor de R\$ 2.797.291,90, enquanto o passivo de longo prazo (não circulante) apresentou o valor de R\$ 0,00. Utilizando a equação patrimonial (ativo – passivo = patrimônio líquido), ao final do exercício, o balanço patrimonial do município apresentou o saldo patrimonial de R\$ 14.359.745,28 (superavitário).

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes ao Fundo Municipal de Saúde.

ADJA GEORGIA BARROS VIEIRA
Secretário de Saúde

BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALGUEIRO
Demonstrações Contábeis da Gestão do Fundo Municipal de Saúde do Município de
Salgueiro
Exercício de 2018



(Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, atualizada pela nº 052, de 13 de fevereiro de 2019)

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome do órgão ou entidade: Fundo Municipal de Saúde
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 120-1 – Fundo Público
CNPJ: 10.233.967/0001-77
Domicílio do órgão ou entidade: Rua Joaquim Sampaio, nº 279 Bairro: N. S. Das Graças – Cidade: Salgueiro – Pernambuco – CEP: 56.000-000.
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: O Fundo Municipal de Saúde de Salgueiro concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 "Município" possui como atividade principal "a administração pública geral". A população estimada pelo IBGE é de 60.604 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2.2%. Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 2.078 de 20 de Dezembro de 2018 (LOA 2018). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
As demonstrações contábeis: A demonstração contábil abrange o Fundo Municipal de Saúde do Município de Salgueiro, conforme a seguir: 1) Fundo Municipal de Saúde
Dados do gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município: Nome: Adja Georgia Barros Vieira. Cargo: Secretário. Período de gestão: 06/11/2018 a 31/12/2018.
Dados do contador (a) do Fundo Municipal responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis e notas explicativas: Nome: Rostand Falcão de Lima. CRC-PE nº 019974/O-8. E-mail: rostandfalcao@hotmail.com
Dados do Diretor de Contabilidade responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo Municipal de Saúde: Nome: Dilliane de Lima Bezerra. Portaria nº: 025/2017. E-mail: dillianelima@hotmail.com
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Franclecio Leandro de Sá Parente. Portaria nº: 963/2018. E-mail: franclecio.parente@gmail.com
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: Fundos - E-Pública;
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: www.salgueiro.pe.gov.br/transparencia/index.htm

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na



consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº 047/2018 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas:

O balanço patrimonial foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo:

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques:

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2018, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2018, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do Fundo Municipal de Saúde deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível:

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:



Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão da Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante:

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos:

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões:

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado:

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O regime orçamentário do Fundo Municipal de Saúde segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos: Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituição de provisões: Foi constituída provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de **R\$ 0,00** e Reversão de Provisões no valor de **R\$ 0,00** conforme Cálculo Atuarial presente na prestação de contas.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades: Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.



c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBIL ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2018
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)

Fundo Municipal de Saúde de Salgueiro		Usuário: Karolline Alves		Chave de Autenticação	Página
RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N 5 DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE CNPJ: 10.233.967/0001-77				1849-4972-529	1 / 3
Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial					
Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018 Despesa realizada: Empenhada					
Ativo					
Especificação		Exercício Atual		Exercício Anterior	
Ativo Circulante	NOTA 1	3.324.222,78		1.873.952,76	
Caixa e equivalentes de caixa (F)	NOTA 2	3.129.203,54		1.678.933,52	
Créditos a curto prazo		0,00		0,00	
Créditos tributários a receber		0,00		0,00	
Clientes		0,00		0,00	
Créditos de transferências a receber		0,00		0,00	
Empréstimos e financiamentos concedidos		0,00		0,00	
Dívida ativa tributária		0,00		0,00	
Dívida ativa não tributária		0,00		0,00	
(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo		0,00		0,00	
Demais créditos e valores a curto prazo (F)		195.019,24		195.019,24	
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo		0,00		0,00	
Estoques		0,00		0,00	
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente		0,00		0,00	

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2018 foram de R\$ 3.324.222,78, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2018 somam R\$ 3.129.203,54. O valor disponível apresentou acréscimo de R\$ 1.450.270,02 em relação ao exercício de 2017 que foi de R\$ 1.678.933,52.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA (Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)		
Entidades	Recursos Próprios	Recursos Vinculados
Câmara Municipal de Vereadores.	0,00	0,00
Prefeitura Municipal.	0,00	0,00
Fundos Municipal de Saúde (FMS).	0,00	0,00
Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).	0,00	0,00
Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente (FMDDCA).	0,00	0,00
RPPS.	0,00	0,00
Outras entidades.	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

Níveis	Valor
Créditos de transferências a receber (1)	0,00
Dívida ativa tributária (2)	0,00
Dívida ativa não tributária (2)	0,00
TOTAL	0,00

(1) Ao final do exercício a classificação dos ativos a curto prazo mostra que o valor evidenciado como "Créditos de Transferência a Receber" no valor de R\$ 0,00, referem-se aos registros patrimoniais da receita por competência baseado nos valores liberados pelo FNDE no valor de R\$ 0,00 e do FNAS no valor de R\$ 0,00 . Os valores foram compensados financeiramente apenas no exercício de

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
Acesse em: https://sede.ice.pe.gov.br/epd/validarDocumento.html?codigo-do-documento=35692926-5047-4058-82e4-7b1948168160



2019 em atendimento ao estudo técnico da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e NBCASP. No entanto, o regi: competência foi realizado. Os valores dos avisos de crédito estão disponíveis na internet nos seguintes endereços eletrônicos: FND – www.fnnde.gov.br / FNAS – <http://mds.gov.br/>.

(2) Foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária a média de arrecadação dos últimos três anos.

Nota 4) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A CURTO PRAZO: Não houve ajustes para perdas de crédito tributários a curto prazo. NO CASO DE TER HAVIDO, UTILIZAR O TEXTO E TABELA A SEGUIR: O ajuste para perdas foi calculado sobre o percentual de efetividade de arrecadação nos últimos três exercícios, levando em consideração o estoque inicial e final do crédito tributário a receber conforme memória de cálculo a seguir:

Descrição	2016	2017	2018	Média
Saldo da Dívida Ativa Tributária em 01 de janeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Arrecadado no ano	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de Arrecadação	%	%	%	%
Percentual de Perda de Arrecadação (%)	%	%	%	%

Saldo da Dívida Ativa em 31/12/2018 R\$ 0,00
Ajuste para Perda da Dívida Ativa Tributária (Curto Prazo) R\$ 0,00

Nota 5) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
Tributos a recuperar/compensar	0,00	F
Depósitos restituíveis e valores vinculados	0,00	F
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário família pago	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago	0,00	F
Subtotal	0,00	
Créditos previdenciários a receber	0,00	P
Créditos a receber e valores a curto prazo	0,00	P
Subtotal	0,00	P
TOTAL	0,00	

Nota 6) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de R\$ 0,00, compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN n° 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 7) ESTOQUE: O saldo do estoque inicial em 31/12/2017 foi de R\$ 0,00 e as incorporações em 2018 somam R\$ 0,00. As baixas de estoque informadas pelo setor de almoxarifado totalizaram R\$ 0,00. É importante destacar que não houve informações disponibilizadas até o fechamento deste balanço quanto as baixas do estoque. Sugerimos a administração a adoção de procedimentos de controle do almoxarifado e estoque para compatibilização em tempo real com o setor contábil. Sendo assim, o saldo final do estoque evidenciado no Balanço Patrimonial foi de R\$ 0,00.

POLÍTICA CONTÁBIL E CRITÉRIOS DE VALORAÇÃO ADOTADA NA MENSURAÇÃO DO ESTOQUE:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Valor total contabilizado em estoque.	0,00
Valor classificado em outras contas específicas da entidade.	0,00
Valor do estoque contabilizados pelo valor justo menos as despesas de vendas.	0,00
Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período.	0,00
Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período.	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos.	0,00
Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano.	0,00
Citar as circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a reversão da redução de estoques:	



Ativo não Circulante NOTA 8		13.832.814,40	12.578.193,97
Ativo realizável a longo prazo		0,00	0,00
Créditos a longo prazo NOTA 9		0,00	0,00
Créditos tributários a receber		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos		0,00	0,00
Dívida ativa tributária		0,00	0,00
Dívida ativa não tributária		0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a longo prazo NOTA 10		0,00	0,00
Demais créditos e valores a longo prazo		0,00	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Participações permanentes		0,00	0,00
Avaliadas pelo método de equivalência		0,00	0,00
Avaliadas pelo método de custo		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável		0,00	0,00
Propriedades para investimentos		0,00	0,00
(-) Depreciação acumulada		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável		0,00	0,00
Investimentos do RPPS de longo prazo		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de propriedades		0,00	0,00
Demais investimentos permanentes		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável		0,00	0,00
Imobilizado		13.832.814,40	12.578.193,97
Bens móveis (P)		3.926.127,49	2.749.143,79
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens móveis (P)		-58.915,76	-58.915,76

Ativo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	0,00	0,00
Bens imóveis (P)	9.965.602,67	9.887.965,94
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00
TOTAL	17.157.037,18	14.452.146,73

Nota 8) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 13.832.814,40.

Nota 9) CRÉDITOS A LONGO PRAZO: O valor de R\$ 0,00, corresponde a R\$ 0,00 de Dívida Ativa Tributária e R\$ 0,00 da Dívida Ativa Não Tributária. Até o fechamento do balanço, o setor tributário do município não informou a previsão de perdas da dívida ativa. Sendo assim, adotamos como critério para as provisões para credores de liquidação duvidosa a média de arrecadação dos últimos três exercícios e o percentual de perda real.

Nota 10) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO: Não houve ajustes para perdas de créditos no Fundo Municipal de Saúde:

Descrição	2016	2017	2018	Média
Saldo da Dívida Ativa Tributária em 01 de janeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Arrecadado no ano	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de Arrecadação	%	%	%	%
Percentual de Perda de Arrecadação (%)	%	%	%	%

Saldo da Dívida Ativa em 31/12/2018 **R\$ 0,00**
 Ajuste para Perda da Dívida Ativa Tributária (Longo Prazo) **R\$ 0,00**

Nota 11) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2017 totalizou R\$ 12.578.193,97. No exercício de 2018 houve a incorporação de novos ativos imobilizados no valor de R\$ 1.254.620,43, sendo R\$ 1.176.983,7, de bens móveis e R\$ 77.636,73 de Bens Imóveis. Somando o saldo de 2017 mais as incorporações de 2018 temos o saldo ao final de R\$ 13.832.814,40. O valor da depreciação acumulada dos bens móveis até o período foi de R\$ -58.915,76 que retifica o ativo imobilizado. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor atualizado do imobilizado, bem como a



depreciação acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos a administração que tome medida no sentido de manter as informações do patrimônio atualizadas para compatibilização em tempo da contabilidade.. Não foi realizado teste de imparidade durante o exercício de 2018 em ativos com redução no poder de geração de caixa, bem como não houve reavaliação de ativos.

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO:

Descrição	Valor (R\$)	
	2018	2017
Bens móveis	3.926.127,49	2.749.143,79
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	(-58.915,76)	(-58.915,76)
Bens imóveis	9.965.602,67	9.887.965,94
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	(0,00)	(0,00)
Total	13.832.814,40	12.578.193,97

Nota 12) INTANGÍVEL: Os valores registrados no ativo intangível relativo a *softwares* utilizados nos equipamentos de informática da entidade totalizam R\$ 0,00. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas a amortização acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de controlar em tempo real os bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.

Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante	2.797.291,90	2.885.040,62
NOTA 13		
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo (F)	187.421,25	167.247,74
NOTA 14		
Empréstimos e financiamentos a curto prazo	0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo (F)	850.614,53	632.653,91
Obrigações fiscais a curto prazo	0,00	0,00
Obrigações de repartição a outros entes	0,00	0,00
Provisões a curto prazo	0,00	0,00
Demais obrigações a curto prazo (F)	1.759.256,12	2.085.138,97

Nota 13) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2018 foram de R\$ 2.797.291,90. O índice de liquidez corrente, excluído o RPPS, em 2018 foi de 1,18. Ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo a entidade possui R\$ 1,18 de ativos de curto prazo para cobrir. O índice de liquidez seca foi de 1,18 e o índice de liquidez imediata é 1,11.

Nota 14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de R\$ 187.421,25. Aumento de R\$ 20.173,51, quando comparado com o exercício anterior que foi de R\$ 167.247,74.

Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	0,00	F
Encargos Sociais a Pagar	0,00	F
Subtotal	0,00	
Encargos Sociais a Pagar – Débito Parcelado a curto prazo	0,00	P
Subtotal	0,00	
TOTAL	0,00	

Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO): Corresponde as dívidas decorrentes de operações de crédito cujas parcelas tem vencimento até 31/12/2019.

Detalhamento	Valor
	0,00
	0,00
OUTROS (ESPECIFICAR)	0,00
TOTAL	0,00

Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ao final do exercício de 2018 ficou em restos a pagar o valor de



R\$ 850.614,53 relativo a fornecedores e contas a pagar. Aumento de R\$ 217.960,62, quando comparado com o exercício anterior de R\$ 632.653,91.

Nota 17) PROVISÕES A CURTO PRAZO: As provisões serão informadas nas notas explicativas do balanço Patrimonial Consolidado.

PROVISÃO	VALOR (R\$)
a.1) valor contábil do início do período.	0,00
a.2) valor contábil do final do período.	0,00
b) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes.	0,00
c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período.	0,00
d) valores não utilizados revertidos durante o período.	0,00
e) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto.	0,00
f) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.	0,00
g) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.	0,00
h) breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços.	

Nota 18) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: As demais obrigações a curto prazo são compostas pelas consignações R\$ 1.759.256,12, e depósitos não judiciais R\$ 0,00, totalizando R\$ 0,00. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Passivo não Circulante	NOTA 19	0,00	0,00
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo	NOTA 20	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos a longo prazo		0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a longo prazo		0,00	0,00
Obrigações fiscais a longo prazo		0,00	0,00
Provisões a longo prazo		0,00	0,00
Demais obrigações a longo prazo		0,00	0,00
Resultado diferido		0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO		2.797.291,90	2.885.040,62

Nota 19) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final de 2018 somam R\$ 0,00, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

Nota 20) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: O montante de R\$ 0,00 compreende os Parcelamentos existentes relativos ao PASEP, INSS, RPPS, FGTS e outros, conforme valores representados na tabela:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	Saldos
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – PASEP	0,00
Contribuições a Regime Próprio de Previdência – RPPS	0,00
Débito Parcelado – INSS	0,00
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – FGTS	0,00
Outros (Especificar)	0,00
Total	0,00

Nota 21) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO): O valor evidenciado nos empréstimos e financiamentos de longo prazo foi de R\$ 0,00.

Detalhamento	Valor
	0,00
	0,00
OUTROS (ESPECIFICAR)	0,00
TOTAL	0,00

Nota 22) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (CURTO PRAZO): Ao final do exercício de 2018 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 850.614,53 relativo a fornecedores e contas a pagar.



Nota 23) PROVISÕES A LONGO PRAZO: As provisões serão informadas nas notas explicativas do balanço Patrimonial Consolidado.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

CONTEXTUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS: As provisões serão informadas nas notas explicativas do balanço Patrimonial Consolidado.

Nota 24) DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO: Corresponde a dívida da 0,00 no valor de R\$ 0,00.

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio social/capital social	0,00	0,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	0,00	0,00
Reservas de capital	0,00	0,00
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00
Reservas de lucros	0,00	0,00
Demais reservas	0,00	0,00
Resultado acumulado	14.359.745,28	11.567.106,11
Resultado do exercício (P)	2.792.639,17	506.740,39
Resultado de exercícios anteriores (P)	11.567.106,11	11.060.365,72
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
Outros resultados	0,00	0,00
Ações/Cotas em tesouraria	0,00	0,00
Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOTA 25	14.359.745,28	11.567.106,11

Nota 25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez em 2018 o valor de R\$ 14.359.745,28. Os Resultados Acumulados de exercícios anteriores foram de R\$ 11.567.106,11. O Resultado do Exercício foi no valor de R\$ 2.792.639,17. O valor do resultado do exercício será detalhado a seguir:

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	11.567.106,11
Resultado do Exercício	2.792.639,17
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.359.745,28

ATIVO FINANCEIRO	NOTA 26	3.324.222,78	1.873.952,76	PASSIVO FINANCEIRO	NOTA 28	3.483.647,33	3.425.731,05
ATIVO PERMANENTE	NOTA 27	13.832.814,40	12.578.193,97	PASSIVO PERMANENTE	NOTA 29	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL						13.673.389,85	11.026.415,68
SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO				NOTA 30			
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS						-895.139,70	-1.219.968,06
02 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - SAÚDE						-734.595,16	-745.459,13
38 - TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO						1.461.568,84	204.761,11
80 - OUTRAS ESPECIFICAÇÕES						8.741,47	208.888,59
TOTAL						-159.424,55	-1.551.778,29

Nota 26) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 3.324.222,78.

Nota 27) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 13.832.814,40.

Nota 28) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 3.483.647,33, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 145.665,00 perfazem o total de R\$ 3.629.312,33.



Nota 29) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integral do passivo permanente. Os Passivos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 0,00**.

Nota 30) SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO: Evidencia o superávit/déficit financeiro que poderá ser utilizado como recurso para abertura de créditos adicionais segregados por fonte de recursos. Corresponde à diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O controle das disponibilidades por fonte de recursos é feito nas classes 7 e 8 do plano de contas. O total do déficit Financeiro do exercício foi **R\$ -159.424,55**.

Especificação Saldo dos atos potenciais do ativo	COMPENSAÇÕES		Especificação Saldo dos atos potenciais do passivo	NOTA 31	Exercício Atual	Exercício Anterior
	Exercício Atual	Exercício Anterior				
Execução dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais passivos		0,00	0,00
Garantias e contragarantias recebidas a executar	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar		0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos		0,00	0,00
Direitos contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais		0,00	0,00
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos		0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL		0,00	0,00

Nota 31) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO: Registra os valores das obrigações contratuais a executar. O valor do saldo no final do exercício foi **R\$ 0,00**.

c) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:
 Não houve registro de passivos contingentes. Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2.Divulgações não financeiras:
 Não se aplica a este demonstrativo.

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e direcionamento das operações da entidade no futuro:
 Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros do exercício:
 Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registros do exercício.

d) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

e) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

f) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XIII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 047/2018 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

g.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro



Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
 Acesso em: https://stecca.ce.gov.br/epi/validarDoc.shtm Código do documento: 35692128-50a7-4b58-85cf-7b99de168f60

próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo c colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

g.2.Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis:
 Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.

g.3.Ativos imobilizados obtidos a título gratuito:
 Não houve no exercício de 2018 bens recebidos por doação. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.

g.4.Transferência de Ativos:
 Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

g.5.Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito:
 Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2018. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.

g.6.Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos:
 Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

g.7.Ajustes decorrentes de Omissões e Erros em Anos Anteriores ou de Mudanças de Critérios:
 Não foram feitos ajustes significativos decorrentes de omissão e erros de registro de anos anteriores ou relativos a mudanças de critérios.

g.8.Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:
 Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes de depreciação, amortização e exaustão.

g.9.Relação de Provisões e Passivos Contingentes:
 Não houve durante o exercício de 2018 relação de provisões a passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil no Fundo de Saúde.

g.10.Informações de Passivos Contingentes:
 Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

g.11.Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):
 Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

g.12.Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):
 Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

g.13.Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):
 Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário informado nas notas explicativas dos balanços consolidados.

g.14.Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 7ª Edição p. 198):
 Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

g.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:
 Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

g.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):
 Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

g.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):
 Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

g. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):
 Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

g. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):
 Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

g. 20. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):
 Não houve passivos perdoados no exercício de 2018.

g. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR (R\$)
HERANÇAS		0,00
PRESENTES		0,00
DOAÇÕES		0,00
TOTAL		0,00

g. 22. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):



Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

g. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

As provisões matemáticas serão informadas nos balanço consolidado do Município

g. 24 TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT): Não foi realizado teste de imparidade no Fundo Municipal de Saúde.

g.25. Análise do item 52 do ICC:

52 Há consistência no somatório dos saldos das contas com atributos legais [F] que compõem o Passivo do Balanço Patrimonial acrescido do Saldo Líquido do Demonstrativo dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\sum \text{Passivo [F] (BP)} + \sum \text{IRPNP} - \sum (\text{RNPL} + \text{RPNC}) (\text{BO}) + \sum \text{Saldo IRPNP (BF)}) = \sum (\text{SES (DDF)})$.

Analisando as equações acima observamos que o valor dos restos a pagar não processado liquidados aparece duas vezes. Enquanto no balanço orçamentário, o dado aparece apenas uma vez. O saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados, só foram abatidos nos valores pagos. Logo, os valores liquidados e não pagos compõem o saldo final. Como já houve o movimento de liquidação, os Restos a Pagar Não Processados Liquidados compõem também os saldos das contas com atributos legais [F] do passivo do Balanço Patrimonial, causando assim a duplicidade. Acreditamos que o TCE-PE fará em breve ajustes relativos a esta equação.

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO:

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	NOTA 8	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a + b - c - e)
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES		76.798,54	0,00	0,00	0,00	0,00	76.798,54
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		76.798,54	0,00	0,00	0,00	0,00	76.798,54
DESPESAS DE CAPITAL		463.891,89	0,00	0,00	0,00	0,00	463.891,89
INVESTIMENTOS		463.891,89	0,00	0,00	0,00	0,00	463.891,89
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		540.690,43	0,00	0,00	0,00	0,00	540.690,43

Passivos com atributo F do Balanço Patrimonial: R\$ 2.797.291,90.

Saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados no Balanço Orçamentário: R\$ 540.690,43.

Inscrição de Restos a Pagar não Processados no Balanço Financeiro: R\$ 145.665,00.

Soma: R\$ 2.942.956,90.

Saldo para o exercício seguinte da Dívida Flutuante: R\$ 3.483.647,33.

Diferença: R\$ 3.483.647,33.

Valor Liquidado de Restos a Pagar Não Processados, conforme BO: R\$ 0,00.

Valor Pago de Restos a Pagar Não Processados, conforme BO: R\$ 0,00.

Diferença: R\$ 0,00.

Confirmando assim a diferença proveniente dos Restos a Pagar Não Processados, que foram liquidados, porém não foram pagos no exercício.

g) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

h.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	01/01/2021	Em andamento



Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	01/01/2018	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	Imediato	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Civis e Militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	A ser definido em ato normativo específico da	Concluído

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
Acesso em: <https://eccc.tce-pa.gov.br/epp/validarDoc.secm> Código do documento: 35f9292a9-5047-4b58-83c1-7b791e1688f0



			STN.	
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de <i>softwares</i> , marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	01/01/2021	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	01/01/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Saúde	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário de Saúde	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
-------------	---	--	--	--

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
 Acesso em: https://clic.cep-pe.gov.br/clic/ppp/validarDoc.aspx?codigo_documento=35992129-5047-4456-84c1-7b79d6168060



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Secretário de Saúde	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

ADJA GEORGIA BARROS VIEIRA
Secretário de Saúde

ROSTAND FALCÃO DE LIMA
Contador
CRC-PE Nº 019974/O-8

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
Acesse em: <https://cfdp.cce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 35b92f28-50a7-4b58-83cf-7b99de168fb0



Fundo Municipal de Educação

BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal de Educação
Exercício de 2018

Balanço Patrimonial
Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64

Prestação de Contas de Gestão
Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018 e atualizada
pela nº 052, de 13 de fevereiro de 2019



APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal de Educação contemplam a execução e análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanço Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil **E-Pública**, como nas respectivas Notas Explicativas.

Para tanto, os dados da Prefeitura, Câmara, Fundos e demais entidades foram consolidados dentro do Sistema Contábil **E-Pública**.

Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 9 – Contabilização de retenções; 10 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 11 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 12 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 13 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 52, de 13 de dezembro de 2019, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida fluante (Anexo XVI) e o demonstrativo dos recursos



vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros. Foram feitos ajustes na estrutura dos bal para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os dados do balanço patrimonial de 2018, observamos que o total do ativo circulante (bens e direitos de curto prazo) foi de R\$ 1.564.175,92, enquanto o não circulante (bens e direitos de longo prazo) foi de R\$ 4.295.002,56. O passivo de curto prazo (circulante) apresentou o valor de R\$ 3.316.670,98, enquanto o passivo de longo prazo (não circulante) apresentou o valor de R\$ 0,00. Utilizando a equação patrimonial (ativo – passivo = patrimônio líquido), ao final do exercício, o balanço patrimonial do município apresentou o saldo patrimonial de R\$ 2.542.507,50 (superavitário).

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes ao Fundo Municipal de Educação.

MARIA AUDECI GOES FERREIRA MARTINS
Secretária de Educação

BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SALGUEIRO
Demonstrações Contábeis da Gestão do Fundo Municipal de Educação do Município
Salgueiro
Exercício de 2018



(Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, atualizada pela nº 052, de 13 de fevereiro de 2019)

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome do órgão ou entidade: Fundo Municipal de Educação
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 120-1 – Fundo Público
CNPJ: 23.752.598/0001-70
Domicílio do órgão ou entidade: Rua Joaquim Sampaio, nº 279 – Bairro: N. S. Das Graças – Cidade: Salgueiro – Pernambuco – CEP: 56.000-000.
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: O Fundo Municipal de Educação de Salgueiro concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 “Fundo Público” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal manutenção das ações e serviços públicos na área da Educação, bem como a realização de investimentos necessários para atender os alunos da rede municipal de ensino e inserir/acompanhar ações educativas no município. A natureza de suas operações deriva dos repasses do tesouro municipal e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 2.078 de 20 de dezembro de 2017 (LOA para o ano de 2018).
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840 de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
As demonstrações contábeis: A demonstração contábil abrange o Fundo Municipal de Educação do Município de Salgueiro, conforme a seguir: 1) Fundo Municipal de Educação
Dados do gestor do Fundo Municipal de Educação do Município: Nome: Maria Audeci Goes Ferreira Martins. Cargo: Secretária. Período de gestão: 01/01/2018 a 31/12/2018.
Dados do contador (a) do Fundo Municipal responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis e notas explicativas: Nome: Rostand Falcão de Lima. CRC-PE nº019974/O-8. E-mail: rostandfalcao@hotmail.com .
Dados do Diretor de Contabilidade responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo Municipal de Educação: Nome: Hanyelle Matias Santos. Portaria nº: 199/2018. E-mail: hanyelle_matias@hotmail.com .
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Franclecio Leandro de Sá Parente. Portaria nº: 963/2018. E-mail: franclecio.parente@gmail.com .
Nome do Software de Contabilidade utilizado no Fundo de Educação: Fundos - E-Pública;
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: www.salgueiro.pe.gov.br/transparencia/index.htm

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das



partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedecerá as regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº 047/2018 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de conta do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas:

O balanço patrimonial foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes de curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo:

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques:

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2018, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2018, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do Fundo Municipal de Educação deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível:

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.



b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Para simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante:

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos:

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos de dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões:

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado:

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O regime orçamentário do Fundo Municipal de Educação segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos: Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituição de provisões: Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 e Reversão de Provisões no valor de R\$ 0,00 conforme Cálculo Atuarial presente na prestação de contas.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades: Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:



c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2018
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

Fundo Municipal de Educação de Salgueiro <small>RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE CNPJ: 23.752.598/0001-70</small>		<small>Usuário: Karoline Alves</small>	<small>Chave de Autenticação 1355-0583-569</small>	<small>Página 1 / 3</small>	
Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial					
<small>Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018 Despesa realizada: Empenhada</small>					
Ativo					
Especificação		Exercício Atual	Exercício Anterior		
Ativo Circulante	NOTA 1	1.564.175,92	965.435,73		
Caixa e equivalentes de caixa (F)	NOTA 2	1.564.175,92	965.435,73		
Créditos a curto prazo		0,00	0,00		
Créditos tributários a receber		0,00	0,00		
Clientes		0,00	0,00		
Créditos de transferências a receber		0,00	0,00		
Empréstimos e financiamentos concedidos		0,00	0,00		
Dívida ativa tributária		0,00	0,00		
Dívida ativa não tributária		0,00	0,00		
(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo		0,00	0,00		
Demais créditos e valores a curto prazo		0,00	0,00		
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo		0,00	0,00		
Estoques		0,00	0,00		
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente		0,00	0,00		

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2018 foram de **R\$ 1.564.175,92**, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2018 somam **R\$ 1.564.175,92**. O valor disponível apresentou acréscimo de **R\$ 598.740,19** em relação ao exercício de 2017 que foi de **R\$ 965.435,73**.

Entidades	Recursos Próprios	Recursos Vinculados
------------------	--------------------------	----------------------------

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

Níveis	Valor
Créditos de transferências a receber (1)	0,00
Dívida ativa tributária (2)	0,00
Dívida ativa não tributária (2)	0,00
TOTAL	0,00

(1) Ao final do exercício a classificação dos ativos a curto prazo mostra que o valor evidenciado como "Créditos de Transferência a Receber" no valor de **R\$ 0,00**, referem-se aos registros patrimoniais da receita por competência baseado nos valores liberados pelo FNDE no valor de **R\$ 0,00** e do FNAS no valor de **R\$ 0,00**. Os valores foram compensados financeiramente apenas no exercício de 2019 em atendimento ao estudo técnico da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e NBCASP. No entanto, o registro por competência foi realizado. Os valores dos avisos de crédito estão disponíveis na internet nos seguintes endereços eletrônicos: FNDE – www.fnde.gov.br / FNAS – <http://mds.gov.br/>.

(2) Foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária a média de arrecadação dos últimos três anos.

Nota 4) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A CURTO PRAZO: Não houve ajustes para perdas de créditos tributários a curto prazo

Nota 5) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
--------	-------	----------



Tributos a recuperar/compensar	0,00	F
Depósitos restituíveis e valores vinculados	0,00	F
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário família pago	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago	0,00	F
Subtotal	0,00	
Créditos previdenciários a receber	0,00	P
Créditos a receber e valores a curto prazo	0,00	P
Subtotal	0,00	P
TOTAL	0,00	

Nota 6) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de **R\$ 0,00** compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 7) ESTOQUE: O saldo do estoque inicial em 31/12/2017 foi de **R\$ 0,00** e as incorporações em 2018 somam **R\$ 0,00**. As baixas de estoque informadas pelo setor de almoxarifado totalizaram **R\$ 0,00**. É importante destacar que não houve informações disponibilizadas até o fechamento deste balanço quanto as baixas do estoque. Sugerimos a administração a adoção dos procedimentos de controle do almoxarifado e estoque para compatibilização em tempo real com o setor contábil. Sendo assim, saldo final do estoque evidenciado no Balanço Patrimonial foi de **R\$ 0,00**.

POLÍTICA CONTÁBIL E CRITÉRIOS DE VALORAÇÃO ADOTADA NA MENSURAÇÃO DO ESTOQUE:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Valor total contabilizado em estoque.	0,00
Valor classificado em outras contas específicas da entidade.	0,00
Valor do estoque contabilizados pelo valor justo menos as despesas de vendas.	0,00
Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período.	0,00
Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período.	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos.	0,00
Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano.	0,00
Citar as circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a reversão da redução de estoques:	

Ativo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo não Circulante	4.295.002,56	4.091.221,68
Ativo realizável a longo prazo	0,00	0,00
Créditos a longo prazo	0,00	0,00
Créditos tributários a receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	0,00	0,00
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a longo prazo	0,00	0,00
Demais créditos e valores a longo prazo	0,00	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Participações permanentes	0,00	0,00
Avaliadas pelo método de equivalência	0,00	0,00
Avaliadas pelo método de custo	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00
Propriedades para investimentos	0,00	0,00
(-) Depreciação acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00
Investimentos do RPPS de longo prazo	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de propriedades	0,00	0,00
Demais investimentos permanentes	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00
Imobilizado	4.295.002,56	4.091.221,68
Bens móveis (P)	1.061.838,52	1.061.911,52
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens móveis (P)	-218,54	-218,54



Ativo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	0,00	0,00
Bens imóveis (P)	3.213.382,58	3.029.528,70
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00
TOTAL	5.859.178,48	5.056.657,41

Nota 8) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 4.295.002,56.

Nota 9) CRÉDITOS A LONGO PRAZO: O valor de R\$ 0,00, corresponde a R\$ 0,00 de Dívida Ativa Tributária e R\$ 0,00 da Dívida Ativa Não Tributária. Até o fechamento do balanço, o setor tributário do município não informou a previsão de perdas da dívida ativa. Sendo assim, adotamos como critério para as provisões para credores de liquidação duvidosa a média de arrecadação dos últimos três exercícios e o percentual de perda real.

Nota 10) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO: o ajuste para perdas foi calculado sobre o percentual de efetividade de arrecadação nos últimos três exercícios, levando em consideração o estoque inicial e final do crédito tributário a receber conforme memória de cálculo a seguir:

Descrição	2016	2017	2018	Média
Saldo da Dívida Ativa Tributária em 01 de janeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Arrecadado no ano	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de Arrecadação	%	%	%	%
Percentual de Perda de Arrecadação (%)	%	%	%	%

Nota 11) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2017 totalizou R\$ 4.091.221,68. No exercício de 2018 houve a incorporação de novos ativos imobilizados no valor de R\$ 203.780,88, sendo R\$ 19.927,00, de bens móveis e R\$ 183.853,88 de Bens Imóveis. Somando o saldo de 2017 mais as incorporações de 2018 temos o saldo ao final de R\$ 4.295.002,56. O valor da depreciação acumulada dos bens móveis até o período foi de R\$ -218,54 que retifica o ativo imobilizado. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor atualizado do imobilizado, bem como a depreciação acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos a administração que tome medidas no sentido de manter as informações do patrimônio atualizadas para compatibilização em tempo da contabilidade. Não foi realizado teste de imparidade durante o exercício de 2018 em ativos com redução no poder de geração de caixa, bem como não houve reavaliação de ativos.

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO:

Descrição	Valor (R\$)	
	2018	2017
Bens móveis	1.081.838,52	1.061.911,52
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	(218,54)	(218,54)
Bens imóveis	3.213.382,58	3.029.528,70
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	(0,00)	(0,00)
Total	4.295.002,56	4.091.221,68

Nota 12) INTANGÍVEL: Os valores registrados no ativo intangível relativo a *softwares* utilizados nos equipamentos de informática da entidade totalizam R\$ 0,00. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas a amortização acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de controlar em tempo real os bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.



Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante NOTA 13	3.316.670,98	2.240.380,11
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo (F) NOTA 14	1.047.566,46	815.385,31
Empréstimos e financiamentos a curto prazo	0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo (F) NOTA 16	1.442.457,18	1.133.176,91
Obrigações fiscais a curto prazo	0,00	0,00
Obrigações de repartição a outros entes	0,00	0,00
Provisões a curto prazo	0,00	0,00
Demais obrigações a curto prazo (F) NOTA 18	826.647,34	291.817,89

Nota 13) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2018 foram de **R\$ 3.316.670,98**. O índice de liquidez corrente, excluído o RPPS, em 2018 foi de **0,47**. Ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo a entidade possui **R\$ 0,47** de ativos de curto prazo para cobrir. O índice de liquidez seca foi de **0,47** e o índice de liquidez imediata é **0,47**.

Nota 14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de **R\$ 1.047.566,46**. Aumento de **R\$ 232.181,15**, quando comparado com o exercício anterior que foi de **R\$ 815.385,31**.

Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	0,00	F
Encargos Sociais a Pagar	0,00	F
Subtotal	0,00	
Encargos Sociais a Pagar – Débito Parcelado a curto prazo	0,00	P
Subtotal	0,00	
TOTAL	0,00	

Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO): Corresponde as dívidas decorrentes de operações de crédito cujas parcelas tem vencimento até 31/12/2019.

Detalhamento	Valor
	0,00
	0,00
OUTROS (ESPECIFICAR)	0,00
TOTAL	0,00

Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ao final do exercício de 2018 ficou em restos a pagar o valor de **R\$ 1.442.457,18** relativo a fornecedores e contas a pagar. Aumento de **R\$ 309.280,27**, quando comparado com o exercício anterior que foi de **R\$ 1.133.176,91**.

Nota 17) PROVISÕES A CURTO PRAZO: Foi constituída provisão detalhada no quadro a seguir:

PROVISÃO:	VALOR (R\$)
a.1) valor contábil do início do período.	0,00
a.2) valor contábil do final do período.	0,00
b) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes.	0,00
c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período.	0,00
d) valores não utilizados revertidos durante o período.	0,00
e) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto.	0,00
f) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.	0,00
g) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.	0,00
h) breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços.	



Nota 18) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: As demais obrigações a curto prazo são compostas pelas consignações de R\$ 826.647,34, e depósitos não judiciais R\$ 0,00, totalizando R\$ 826.647,34. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Passivo não Circulante	NOTA 19	0,00	0,00
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo	NOTA 20	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos a longo prazo		0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a longo prazo		0,00	0,00
Obrigações fiscais a longo prazo		0,00	0,00
Provisões a longo prazo		0,00	0,00
Demais obrigações a longo prazo		0,00	0,00
Resultado diferido		0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO		3.316.670,98	2.240.380,11

Nota 19) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final de 2018 somam R\$ 0,00, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

Nota 20) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: O montante de R\$ 0,00 compreende os Parcelamentos existentes relativos ao PASEP, INSS, RPPS, FGTS e outros, conforme valores representados na tabela:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	Saldos
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – PASEP	0,00
Contribuições a Regime Próprio de Previdência – RPPS	0,00
Débito Parcelado – INSS	0,00
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – FGTS	0,00
Outros (Especificar)	0,00
Total	0,00

Nota 21) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO): O valor evidenciado nos empréstimos e financiamentos de longo prazo foi de R\$ 0,00.

Detalhamento	Valor
	0,00
	0,00
OUTROS (ESPECIFICAR)	0,00
TOTAL	0,00

Nota 22) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (CURTO PRAZO): Ao final do exercício de 2018 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 1.442.457,18 relativo a fornecedores e contas a pagar.

Nota 23) PROVISÕES A LONGO PRAZO: As provisões serão informadas nas notas explicativas do Balanço Patrimonial Consolidado.

Nota 24) DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO: Corresponde a dívida da 0,00 no valor de R\$ 0,00.

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio social/capital social	0,00	0,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	0,00	0,00
Reservas de capital	0,00	0,00
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00
Reservas de lucros	0,00	0,00
Demais reservas	0,00	0,00
Resultado acumulado	2.542.507,50	2.816.277,30
Resultado do exercício (P)	-273.769,80	-483.518,68
Resultado de exercícios anteriores (P)	2.816.277,30	3.299.795,98
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
Outros resultados	0,00	0,00
Ações/Cotas em tesouraria	0,00	0,00



Especificação		Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA 25	2.542.507,50	2.816.277,30

Nota 25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perpez em 2018 o valor de **R\$ 2.542.507,50**. Os Resultados Acumulados de exercícios anteriores foram de **R\$ 2.816.277,30**. O Resultado do Exercício foi no valor de **R\$ 2.542.507,50**. O valor do resultado do exercício será detalhado a seguir:

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	2.816.277,30
Resultado do Exercício	-273.769,80
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.542.507,50

ATIVO FINANCEIRO	NOTA 26	1.564.175,92	965.435,73	PASSIVO FINANCEIRO	NOTA 28	4.982.464,92	3.906.174,05
ATIVO PERMANENTE	NOTA 27	4.295.002,56	4.091.221,68	PASSIVO PERMANENTE	NOTA 29	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL						876.713,56	1.150.483,36
				SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO NOTA 30			
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS						-300.171,24	-313.688,05
01 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO						-978.124,34	-657.881,51
18 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO)						-1.344.774,25	-554.426,44
19 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)						-269.867,88	-148.480,70
36 - SALÁRIO-EDUCAÇÃO						-44.639,53	0,00
37 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FINDE (NÃO REPASSADAS POR MEIO DE CONVÊNIOS)						-370.859,14	0,00
61 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/ASSISTÊNCIA SOCIAL						0,00	-27.633,80
62 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/EDUCAÇÃO						0,00	-1.220.357,31
80 - OUTRAS ESPECIFICAÇÕES						-109.852,62	-18.270,51
TOTAL						-3.418.289,00	-2.940.738,32

Nota 26) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam **R\$ 1.564.175,92**.

Nota 27) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 4.295.002,56**.

Nota 28) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de **R\$ 3.316.670,98**, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de **R\$ 0,00** perfazem o total de **R\$ 3.316.670,98**.

Nota 29) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 4.295.002,56**.

Nota 30) SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO: Evidencia o superávit/déficit financeiro que poderá ser utilizado como recurso para abertura de créditos adicionais segregados por fonte de recursos. Corresponde à diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O controle das disponibilidades por fonte de recursos é feito nas classes 7 e 8 do plano de contas. O total do Superávit Financeiro do exercício foi **R\$ -3.418.289,00**, sendo **R\$ -300.171,24** de recursos ordinários e **R\$ -3.118.117,76** de recursos vinculados.

COMPENSAÇÕES						
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	NOTA 31	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos atos potenciais do ativo			Saldo dos atos potenciais do passivo			
Execução dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais passivos		0,00	0,00
Garantias e contragarantias recebidas a executar	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar		0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos		0,00	0,00
Direitos contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais		0,00	0,00
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos		0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL		0,00	0,00



Nota 31) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO: Registra os valores das obrigações contratuais a executar. O saldo no final do exercício foi R\$ 0,00.

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
Acesse em: <https://ecccpe.pe.gov.br/p/validaDoc.semmCodigoDocumento:35f992f28-5047-4b58-83cf-7b9de168f00>

c) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

- d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:**
Não houve registro de passivos contingentes. Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
- d.2.Divulgações não financeiras:**
Não se aplica a este demonstrativo.
- d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e direcionamento das operações da entidade no futuro:**
Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
- d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros do exercício:**
Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registros do exercício.

d) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

e) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

f) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XIII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 047/2018 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

- g.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:**
Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.
- g.2.Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis:**
Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.
- g.3.Ativos imobilizados obtidos a título gratuito:**
Não houve no exercício de 2018 bens recebidos por doação. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.
- g.4.Transferência de Ativos:**
Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.
- g.5.Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito:**
Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2018. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.
- g.6.Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos:**
Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.
- g.7.Ajustes decorrentes de Omissões e Erros em Anos Anteriores ou de Mudanças de Critérios:**



Não foram feitos ajustes significativos decorrentes de omissão e erros de registro de anos anteriores ou relativos a mudanças de critérios.

g.8.Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes de depreciação, amortização e exaustão.

g.9.Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício de 2018 relação de provisões a passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil no Fundo de Educação.

g.10.Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

g.11.Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

g.12.Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

g.13.Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário informado nas notas explicativas dos balanços consolidados.

g.14.Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 7ª Edição p. 198):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

g.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

g.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

g.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

g. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

g. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

g. 20. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados no exercício de 2018.

g. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR (R\$)
HERANÇAS		0,00
PRESENTES		0,00
DOAÇÕES		0,00
	TOTAL	0,00

g. 22. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

g. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

As provisões matemáticas foram realizadas pelo atuário

g. 24 TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT): Não houve teste de imparidade no Fundo de Educação.

g.25. Análise do item 52 do ICC:

52 Há consistência no somatório dos saldos das contas com atributos legais [F] que compõem o Passivo do Balanço Patrimonial acrescido do Saldo Líquido do Demonstrativo dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\sum \text{Passivo [F] (BP)} + \sum \text{IRPNP} - \sum (\text{RNPL} + \text{RPNC}) (\text{BO}) + \sum \text{Saldo IRPNP (BF)}) = \sum (\text{SES (DDF)})$.

Analisando as equações acima observamos que o valor dos restos a pagar não processado liquidados aparece duas vezes. Enquanto no balanço orçamentário, o dado aparece apenas uma vez. O saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados, só foram abatidos nos valores pagos. Logo, os valores liquidados e não pagos compõem o saldo final. Como já houve o movimento de liquidação, os Restos a Pagar Não Processados Liquidados compõem também os saldos das contas com atributos legais [F] do passivo do Balanço Patrimonial, causando assim a duplicidade. Acreditamos que o TCE-PE fará em breve ajustes relativos a esta equação.

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO:



ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NOTA 8	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a + b - c - e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	1.683,66	0,00	0,00	0,00	0,00	1.683,66
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.683,66	0,00	0,00	0,00	0,00	1.683,66
Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018						
DESPESAS DE CAPITAL	684.100,43	980.009,85	0,00	0,00	0,00	1.664.110,28
INVESTIMENTOS	684.100,43	980.009,85	0,00	0,00	0,00	1.664.110,28
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	685.784,09	980.009,85	0,00	0,00	0,00	1.665.793,94

Passivos com atributo F do Balanço Patrimonial: R\$ 3.316.670,98.

Saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados no Balanço Orçamentário: R\$ 0,00.

Inscrição de Restos a Pagar não Processados no Balanço Financeiro: R\$ 0,00.

Soma: R\$ 3.316.670,98.

Saldo para o exercício seguinte da Dívida Flutuante: R\$ 4.982.464,92.

Diferença: 1.665.793,94

Valor Liquidado de Restos a Pagar Não Processados, conforme BO: R\$ 0,00.

Valor Pago de Restos a Pagar Não Processados, conforme BO: R\$ 0,00.

Diferença: R\$ 0,00.

Confirmando assim a diferença proveniente dos Restos a Pagar Não Processados, que não foram liquidados, e não pagos no exercício.

g) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

g.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2018	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Civis e Militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2021	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
Acesso em: <https://eccc.rrc.prg.gov.br/eccc/pp/vr/validaDoc.aspx?CodigoDocumento=35992929-5047-4b58-82c1-7b791e168f80>



Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
 Acesso em: https://eic.cce.br/pe.gov.br/eic/pe/validarDocumento.aspx?CodigoDocumento=35f92220-60a7-4458-83dc-7b92c1e68f60

	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	01/01/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Secretária de Educação	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

MARIA AUDECI GOES FERREIRA MARTINS
Secretária de Educação

ROSTAND FALCÃO DE LIMA
Contador
CRC-PE Nº 019974/O-8

Fundo Municipal de Educação de Salgueiro

RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE
CNPJ: 23.752.598/0001-70

Usuário: Karoline Alves

Chave de Autenticação
1955-1986-010

Página
1 / 3

Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018

Despesa realizada: Empenhada

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante	1.564.175,92	965.435,73	Passivo Circulante	3.316.670,98	2.240.380,11
Caixa e equivalentes de caixa (F) NOTA 2	1.564.175,92	965.435,73	Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo NOTA 14	1.047.566,46	815.385,31
Créditos a curto prazo	0,00	0,00	(F)		
Créditos tributários a receber	0,00	0,00	Empréstimos e financiamentos a curto prazo	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	Fornecedores e contas a pagar a curto prazo (F) NOTA 16	1.442.457,18	1.133.176,91
Créditos de transferências a receber	0,00	0,00	Obrigações fiscais a curto prazo	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00	Obrigações de repartição a outros entes	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	0,00	0,00	Provisões a curto prazo	0,00	0,00
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00	Demais obrigações a curto prazo (F) NOTA 18	826.647,34	291.817,89
(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo	0,00	0,00			
Demais créditos e valores a curto prazo	0,00	0,00			
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00			
Ativo não Circulante	4.295.002,56	4.091.221,68	Passivo não Circulante	0,00	0,00
Ativo realizável a longo prazo	0,00	0,00	Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo NOTA 20	0,00	0,00
Créditos a longo prazo NOTA 9	0,00	0,00	Empréstimos e financiamentos a longo prazo	0,00	0,00
Créditos tributários a receber	0,00	0,00	Fornecedores e contas a pagar a longo prazo	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	Obrigações fiscais a longo prazo	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00	Provisões a longo prazo	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	0,00	0,00	Demais obrigações a longo prazo	0,00	0,00
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00	Resultado diferido	0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a longo prazo NOTA 10	0,00	0,00			
Demais créditos e valores a longo prazo	0,00	0,00			
Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00			
Investimentos	0,00	0,00			
Participações permanentes	0,00	0,00			
Avaliadas pelo método de equivalência	0,00	0,00			
Avaliadas pelo método de custo	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00			
Propriedades para investimentos	0,00	0,00			
(-) Depreciação acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00			
Investimentos do RPPS de longo prazo	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de propriedades	0,00	0,00			
Demais investimentos permanentes	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00			
Imobilizado	4.295.002,56	4.091.221,68			
Bens móveis (P)	1.081.838,52	1.061.911,52			
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens móveis (P)	-218,54	-218,54			
			TOTAL DO PASSIVO	3.316.670,98	2.240.380,11
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Patrimônio social/capital social	0,00	0,00
			Adiantamento para futuro aumento de capital	0,00	0,00
			Reservas de capital	0,00	0,00
			Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00
			Reservas de lucros	0,00	0,00
			Demais reservas	0,00	0,00
			Resultado acumulado	2.542.507,50	2.816.277,30
			Resultado do exercício (P)	-273.769,80	-483.518,68
			Resultado de exercícios anteriores (P)	2.816.277,30	3.299.795,98
			Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
			Outros resultados	0,00	0,00
			Ações/Cotas em tesouraria	0,00	0,00



Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
 Acesso em: https://tce.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 35b92f28-50a7-4b58-83cf-79e1181b0

Fundo Municipal de Educação de Salgueiro

RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE
CNPJ: 23.752.598/0001-70

Usuário: Karoline Alves	Chave de Autenticação 1955-1986-010	Página 2 / 3
-------------------------	--	-----------------

Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018

Despesa realizada: Empenhada

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	0,00	0,00	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.542.507,50	2.816.277,30
Bens imóveis (P)	3.213.382,58	3.029.528,70	NOTA 25		
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	0,00	0,00			
Intangível	0,00	0,00			
Softwares	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
TOTAL	5.859.178,48	5.056.657,41	TOTAL	5.859.178,48	5.056.657,41
ATIVO FINANCEIRO	1.564.175,92	965.435,73	PASSIVO FINANCEIRO	4.982.464,92	3.906.174,05
NOTA 26			NOTA 28		
ATIVO PERMANENTE	4.295.002,56	4.091.221,68	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
NOTA 27					
SALDO PATRIMONIAL				876.713,56	1.150.483,36

COMPENSAÇÕES

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos atos potenciais do ativo			Saldo dos atos potenciais do passivo		
Execução dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais passivos	0,00	0,00
Garantias e contragarantias recebidas a executar	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos	0,00	0,00
Direitos contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

	NOTA 30	
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-300.171,24	-313.688,05
01 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	-978.124,34	-657.881,51
18 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO)	-1.344.774,25	-554.426,44
19 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)	-269.867,88	-148.480,70
36 - SALÁRIO-EDUCAÇÃO	-44.639,53	0,00
37 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE (NÃO REPASSADAS POR MEIO DE CONVÊNIOS)	-370.859,14	0,00
61 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00
62 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/EDUCAÇÃO	0,00	0,00
80 - OUTRAS ESPECIFICAÇÕES	109.852,82	109.852,82
TOTAL	-5.418.289,00	-5.418.289,00

Documento assinado digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
Asses em: https://eicf.ce.gov.br/validadorDoc.seam Código do documento: 35b92f28-50a7-4b58-83cf-7bf9de168fb0



Fundo Municipal de Educação de Salgueiro

RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE
CNPJ: 23.752.598/0001-70

Usuário: Karoline Alves

Chave de Autenticação

1955-1986-010

Página

3 / 3

Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

MARIA AUDECI GOES FERREIRA MARTINS

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
CPF: 310.913.504-34

ROSTAND FALCAO DE LIMA

CONTADOR
CRC/PE - 019974/O-8

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
Acesse em: https://etc.ce:pe.gov.br/epp/validaDoc.seam?codigo_documento:35b92f28-50a7-4b58-83cf-7bf9de168fb0



Fundo Municipal de Assistência Social de Salgueiro

RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE
CNPJ: 12.027.569/0001-20

Usuário: Rostand	Chave de Autenticação 1909-4739-896	Página 1 / 3
------------------	--	-----------------

Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018

Despesa realizada: Empenhada

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante	860.430,88	1.145.474,95	Passivo Circulante	151.028,74	180.939,54
Caixa e equivalentes de caixa (F) NOTA 2	860.430,88	1.145.474,95	Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo NOTA 14	0,00	11.569,29
Créditos a curto prazo	0,00	0,00	(F)		
Créditos tributários a receber	0,00	0,00	Empréstimos e financiamentos a curto prazo	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	Fornecedores e contas a pagar a curto prazo (F)	12.188,80	15.388,33
Créditos de transferências a receber	0,00	0,00	Obrigações fiscais a curto prazo	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00	Obrigações de repartição a outros entes	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	0,00	0,00	Provisões a curto prazo	0,00	0,00
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00	Demais obrigações a curto prazo (F)	138.839,94	153.981,92
(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo	0,00	0,00			
Demais créditos e valores a curto prazo	0,00	0,00			
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00			
Ativo não Circulante	1.000.205,86	943.205,86	Passivo não Circulante	0,00	0,00
Ativo realizável a longo prazo	0,00	0,00	Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo NOTA 20	0,00	0,00
Créditos a longo prazo NOTA 9	0,00	0,00	Empréstimos e financiamentos a longo prazo	0,00	0,00
Créditos tributários a receber	0,00	0,00	Fornecedores e contas a pagar a longo prazo	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	Obrigações fiscais a longo prazo	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00	Provisões a longo prazo	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	0,00	0,00	Demais obrigações a longo prazo	0,00	0,00
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00	Resultado diferido	0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a longo prazo NOTA 10	0,00	0,00			
Demais créditos e valores a longo prazo	0,00	0,00			
Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00			
Investimentos	0,00	0,00			
Participações permanentes	0,00	0,00			
Avaliadas pelo método de equivalência	0,00	0,00			
Avaliadas pelo método de custo	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00			
Propriedades para investimentos	0,00	0,00			
(-) Depreciação acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00			
Investimentos do RPPS de longo prazo	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de propriedades	0,00	0,00			
Demais investimentos permanentes	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00			
Imobilizado	1.000.205,86	943.205,86			
Bens móveis (P)	655.288,27	598.288,27			
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens móveis (P)	-1.350,00	-1.350,00			
			TOTAL DO PASSIVO	151.028,74	180.939,54
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Patrimônio social/capital social	0,00	0,00
			Adiantamento para futuro aumento de capital	0,00	0,00
			Reservas de capital	0,00	0,00
			Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00
			Reservas de lucros	0,00	0,00
			Demais reservas	0,00	0,00
			Resultado acumulado	1.709.608,00	1.907.741,27
			Resultado do exercício (P)	-198.133,27	871.116,44
			Resultado de exercícios anteriores (P)	1.907.741,27	1.036.624,83
			Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
			Outros resultados	0,00	0,00
			Ações/Cotas em tesouraria	0,00	0,00



Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
 Acesse em: https://tce.ce.gov.br/ep/validaDoc.seam?codigo_documento=3592128-50a7-4b58-83cf-720409000000

Fundo Municipal de Assistência Social de Salgueiro

RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE
CNPJ: 12.027.569/0001-20

Usuário: Rostand

Chave de Autenticação
1909-4739-896

Página
2 / 3

Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018

Despesa realizada: Empenhada

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	0,00	0,00	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.709.608,00	1.907.741,27
Bens imóveis (P)	346.267,59	346.267,59	NOTA 25		
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	0,00	0,00			
Intangível	0,00	0,00			
Softwares	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
TOTAL	1.860.636,74	2.088.680,81	TOTAL	1.860.636,74	2.088.680,81
ATIVO FINANCEIRO	860.430,88	1.145.474,95	PASSIVO FINANCEIRO	728.206,20	571.823,50
NOTA 26			NOTA 28		
ATIVO PERMANENTE	1.000.205,86	943.205,86	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
NOTA 27			NOTA 29		
SALDO PATRIMONIAL				1.132.430,54	1.516.857,31

COMPENSAÇÕES

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos atos potenciais do ativo			Saldo dos atos potenciais do passivo		
Execução dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais passivos	0,00	0,00
Garantias e contragarantias recebidas a executar	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos	0,00	0,00
Direitos contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

NOTA 30

00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	-300.837,15	-300.115,31
80 - OUTRAS ESPECIFICAÇÕES	433.061,83	873.766,76
TOTAL	132.224,68	573.651,45

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários



Fundo Municipal de Assistência Social de Salgueiro

RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE
CNPJ: 12.027.569/0001-20

Usuário: Rostand

Chave de Autenticação

1909-4739-896

Página

3 / 3

Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

PATRICIA DUARTE NOGUEIRA TAVARES

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ROSTAND FALCAO DE LIMA

CONTADOR
CRC/PE - 019974/O-8

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
Acesse em: [https://eic:ice:pe.gov.br/epp/validaDoc:seam:Código do documento: 35b92f28-50a7-4b58-83cf-7bf9de168fb0](https://eic:ice:pe.gov.br/epp/validaDoc:seam:Código%20do%20documento:35b92f28-50a7-4b58-83cf-7bf9de168fb0)





Fundo Municipal de Assistência Social

BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal de Assistência Social

Exercício de 2018

Balanco Patrimonial
Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64

Prestação de Contas de Governo
Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, atualizada
pela nº 052, de 13 de fevereiro de 2019



APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal de Assistência Social contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanço Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil **E-Pública**, como nas respectivas Notas Explicativas.

Para tanto, os dados da Prefeitura, Câmara, Fundos e demais entidades foram consolidados dentro do Sistema Contábil **E-Pública**.

Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 9 – Contabilização de retenções; 10 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 11 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 12 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 13 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 052, de 13 de fevereiro de 2019, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida fluante (Anexo XVI) e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros.



Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os dados do balanço patrimonial de 2018, observamos que o total do ativo circulante (bens e direitos de curto prazo) foi de R\$ 860.430,88, enquanto o não circulante (bens e direitos de longo prazo) foi de R\$ 1.000.205,86. O passivo de curto prazo (circulante) apresentou o valor de R\$ 151.028,74, enquanto o passivo de longo prazo (não circulante) apresentou o valor de R\$ 0,00. Utilizando a equação patrimonial (ativo – passivo = patrimônio líquido), ao final do exercício, o balanço patrimonial do Fundo Municipal de Assistência Social apresentou o saldo patrimonial de R\$ 1.709.608,00 (superavitário).

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes a gestão do Fundo Municipal de Assistência Social.

PATRÍCIA DUARTE NOGUEIRA TAVARES
Secretária de Assistência Social

BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SALGUEIRO
Demonstrações Contábeis da Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social de
Município de Salgueiro
Exercício de 2018



(Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, atualizada pela nº 052, de 13 de fevereiro de 2018)

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome do órgão ou entidade: Fundo Municipal de Assistência Social
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 120-1 – Fundo Público
CNPJ: 12.027.569/0001-20
Domicílio do órgão ou entidade: PC. Prof. Urbano Gomes de Sá, nº 65 – Bairro: Centro – Cidade: Salgueiro – Pernambuco – CEP: 56.000-000.
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: O Fundo Municipal de Assistência Social de Salgueiro concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 “Fundo Público” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos de assistência social, bem como a realização de investimentos necessários no serviço de assistência ao público e inserir/acompanhar ações sociais no município. A natureza de suas operações deriva de repasses do tesouro municipal e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 60.604 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2,2%. Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 2.078/2017 de 20 de dezembro de 2017 (LOA para o ano de 2018).
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
As demonstrações contábeis: A demonstração contábil abrange o Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Salgueiro, conforme a seguir: 1) Fundo Municipal de Assistência Social
Dados do gestor (Prefeito (a) do Município): Nome: Patrícia Duarte Nogueira Tavares. Cargo: Secretária. Período de gestão: 01/01/2018 a 31/12/2018.
Dados do contador (a) do Fundo Municipal responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis e notas explicativas: Nome: Rostand Falcão de lima. CRC-PE nº 019974/O-8. E-mail: rostandfalcao@hotmail.com
Dados do Diretor de Contabilidade responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo Municipal de Assistência Social: Nome: Paulo Ribeiro de Souza. Portaria nº:078/2017. E-mail: paulo1220.pe@hotmail.com
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Franclecio Leandro de Sá Parente. Portaria nº: 963/2018. E-mail: franclecio.parente@gmail.com
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: Fundos - E-Pública;
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: www.salgueiro.pe.gov.br/transparencia/index.htm .

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade,



continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº 047/2018 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas:

O balanço patrimonial foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo:

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques:

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2018, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2018, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do Fundo Municipal de Assistência Social deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível:

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que



tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis a não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante:

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos:

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões:

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado:

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O regime orçamentário do Fundo Municipal de Assistência Social segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos: Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituição de provisões: Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de **R\$ 0,00** e Reversão de Provisões no valor de **R\$ 0,00** conforme Cálculo Atuarial presente na prestação de contas.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.



d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades: Não há transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2018
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

Ativo			Exercício Atual	Exercício Anterior
Especificação				
Ativo Circulante	NOTA 1		860.430,88	1.145.474,95
Caixa e equivalentes de caixa (F)	NOTA 2		860.430,88	1.145.474,95
Créditos a curto prazo			0,00	0,00
Créditos tributários a receber			0,00	0,00
Clientes			0,00	0,00
Créditos de transferências a receber			0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos			0,00	0,00
Dívida ativa tributária			0,00	0,00
Dívida ativa não tributária			0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo			0,00	0,00
Demais créditos e valores a curto prazo			0,00	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo			0,00	0,00
Estoques			0,00	0,00
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente			0,00	0,00

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2018 foram de **R\$ 860.430,88**, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2018 somam **R\$ 860.430,88**. O valor disponível apresentou decréscimo de **R\$ -285.044,07** em relação ao exercício de 2017 que foi de **R\$ 1.145.474,95**.

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

(1) Ao final do exercício a classificação dos ativos a curto prazo mostra que o valor evidenciado como "Créditos de Transferência a Receber" no valor de **R\$ 0,00**, referem-se aos registros patrimoniais da receita por competência baseado nos valores liberados pelo FNDE no valor de **R\$ 0,00** e do FNAS no valor de **R\$ 0,00**. Os valores foram compensados financeiramente apenas no exercício de 2019 em atendimento ao estudo técnico da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e NBCASP. No entanto, o registro por competência foi realizado. Os valores dos avisos de crédito estão disponíveis na internet nos seguintes endereços eletrônicos: FNDE – www.fnde.gov.br / FNAS – <http://mds.gov.br/>.

(2) Foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária a média de arrecadação dos últimos três anos.

Nota 4) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A CURTO PRAZO: Não houve ajustes para perdas de créditos tributários a curto prazo.

Nota 5) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
Tributos a recuperar/compensar	0,00	F
Depósitos restituíveis e valores vinculados	0,00	F
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário família pago	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago	0,00	F
Subtotal	0,00	
Créditos previdenciários a receber	0,00	P
Créditos a receber e valores a curto prazo	0,00	P



Subtotal	0,00	P
TOTAL	0,00	

Nota 6) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de **R\$ 0,00** compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 7) ESTOQUE: O saldo do estoque inicial em 31/12/2017 foi de **R\$ 0,00** e as incorporações em 2018 somam **R\$ 0,00**. As baixas de estoque informadas pelo setor de almoxarifado totalizaram **R\$ 0,00**. É importante destacar que não houve informações disponibilizadas até o fechamento deste balanço quanto as baixas do estoque. Sugerimos a administração a adoção de procedimentos de controle do almoxarifado e estoque para compatibilização em tempo real com o setor contábil. Sendo assim, saldo final do estoque evidenciado no Balanço Patrimonial foi de **R\$ 0,00**.

POLÍTICA CONTÁBIL E CRITÉRIOS DE VALORAÇÃO ADOTADA NA MENSURAÇÃO DO ESTOQUE: _____

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Valor total contabilizado em estoque.	0,00
Valor classificado em outras contas específicas da entidade.	0,00
Valor do estoque contabilizados pelo valor justo menos as despesas de vendas.	0,00
Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período.	0,00
Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período.	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos.	0,00
Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano.	0,00
Citar as circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a reversão da redução de estoques:	

Ativo não Circulante	NOTA 8	1.000.205,86	943.205,86
Ativo realizável a longo prazo		0,00	0,00
Créditos a longo prazo	NOTA 9	0,00	0,00
Créditos tributários a receber		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos		0,00	0,00
Dívida ativa tributária		0,00	0,00
Dívida ativa não tributária		0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a longo prazo	NOTA 10	0,00	0,00
Demais créditos e valores a longo prazo		0,00	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Participações permanentes		0,00	0,00
Avaliadas pelo método de equivalência		0,00	0,00
Avaliadas pelo método de custo		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável		0,00	0,00
Propriedades para investimentos		0,00	0,00
(-) Depreciação acumulada		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável		0,00	0,00
Investimentos do RPPS de longo prazo		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de propriedades		0,00	0,00
Demais investimentos permanentes		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável		0,00	0,00
Imobilizado		1.000.205,86	943.205,86
Bens móveis (P)		655.288,27	598.288,27
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens móveis (P)		-1.350,00	-1.350,00
Ativo			
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	0,00	0,00	
Bens imóveis (P)	346.267,59	346.267,59	
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis	0,00	0,00	
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	0,00	0,00	
Intangível	0,00	0,00	
Softwares	0,00	0,00	
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00	
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00	
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00	
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00	
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00	
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00	
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00	
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00	
TOTAL	1.860.636,74	2.088.680,81	



Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO): Corresponde as dívidas decorrentes de operações de crédito cujas parcelas tem vencimento até 31/12/2019.

Detalhamento	Valor
	0,00
	0,00
OUTROS (ESPECIFICAR)	0,00
TOTAL	0,00

Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ao final do exercício de 2018 ficou em restos a pagar o valor de **R\$ 12.188,80** relativo a fornecedores e contas a pagar. Aumento de **R\$ 3.199,53**, quando comparado com o exercício anterior que foi de **R\$ 15.388,33**.

Nota 17) PROVISÕES A CURTO PRAZO: Foi constituída provisão detalhada no quadro a seguir:

TIPO/CLASSE DA PROVISÃO:	VALOR (R\$)
a.1) valor contábil do início do período.	0,00
a.2) valor contábil do final do período.	0,00
b) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes.	0,00
c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período.	0,00
d) valores não utilizados revertidos durante o período.	0,00
e) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto.	0,00
f) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.	0,00
g) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.	0,00
h) breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços.	
BREVE DESCRIÇÃO:	

Nota 18) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: As demais obrigações a curto prazo são compostas pelas consignações **R\$ 138.839,94**, e depósitos não judiciais **R\$ 0,00**, totalizando **R\$ 138.839,94**. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Passivo não Circulante	NOTA 19	0,00	0,00
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo	NOTA 20	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos a longo prazo		0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a longo prazo		0,00	0,00
Obrigações fiscais a longo prazo		0,00	0,00
Provisões a longo prazo		0,00	0,00
Demais obrigações a longo prazo		0,00	0,00
Resultado diferido		0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO		151.028,74	180.939,54

Nota 19) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final de 2018 somam **R\$ 0,00**, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

Nota 20) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: O montante de **R\$ 0,00** compreende os Parcelamentos existentes relativos ao PASEP, INSS, RPPS, FGTS e outros, conforme valores representados na tabela:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	Saldo
--	-------



Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – PASEP	0
Contribuições a Regime Próprio de Previdência – RPPS	0,00
Débito Parcelado – INSS	0,00
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – FGTS	0,00
Outros (Especificar)	0,00
Total	0,00

Nota 21) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO): O valor evidenciado nos empréstimos e financiamentos de longo prazo foi de R\$ 0,00.

Detalhamento	Valor
	0,00
	0,00
OUTROS (ESPECIFICAR)	0,00
TOTAL	0,00

Nota 22) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (CURTO PRAZO): Ao final do exercício de 2018 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 12.188,80 relativo a fornecedores e contas a pagar.

Nota 23) PROVISÕES A LONGO PRAZO: As provisões totalizaram R\$ 0,00, e são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS. Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 e Reversão de Provisões no valor de R\$ 0,00 conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas. O cálculo atuarial foi feito pelo Atuário.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR SOBRE APORTE PARA DÉFICIT ATUARIAL:

Nota 24) DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO: Corresponde a dívida da 0,00 no valor de R\$ 0,00.

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio social/capital social	0,00	0,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	0,00	0,00
Reservas de capital	0,00	0,00
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00
Reservas de lucros	0,00	0,00
Demais reservas	0,00	0,00
Resultado acumulado	1.709.608,00	1.907.741,27
Resultado do exercício (P)	-198.133,27	871.116,44
Resultado de exercícios anteriores (P)	1.907.741,27	1.036.624,83
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
Outros resultados	0,00	0,00
Ações/Cotas em tesouraria	0,00	0,00
Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOTA 25	1.709.608,00	1.907.741,27

Nota 25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez em 2018 o valor de R\$ 1.709.608,00. Os Resultados Acumulados de exercícios anteriores foram de R\$ 1.907.741,27. O Resultado do Exercício foi no valor de R\$ -198.133,27. O valor do resultado do exercício será detalhado a seguir:

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	1.907.741,27
Resultado do Exercício	-198.133,27
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.709.608,00

ATIVO FINANCEIRO	NOTA 26	860.430,88	1.145.474,95	PASSIVO FINANCEIRO	NOTA 28	728.206,20	571.823,50
ATIVO PERMANENTE	NOTA 27	1.000.205,86	943.205,86	PASSIVO PERMANENTE	NOTA 29	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL						1.132.430,54	1.516.857,31



Nota 26) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente da autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam **R\$ 860.430,88**.

Nota 27) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 1.000.205,86**.

Nota 28) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de **R\$ 151.028,74**, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de **R\$ 36.909,48** perfazem o total de **R\$ 187.938,22**.

Nota 29) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 0,00**.

Nota 30) SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO: Evidencia o superávit/déficit financeiro que poderá ser utilizado como recurso para abertura de créditos adicionais segregados por fonte de recursos. Corresponde à diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O controle das disponibilidades por fonte de recursos é feito nas classes 7 e 8 do plano de contas. O total do Superávit Financeiro do exercício foi **R\$ 132.224,68**, sendo **R\$ -300.837,15** de recursos ordinários e **R\$ 433.061,83** de recursos vinculados.

Especificação Saldo dos atos potenciais do ativo	COMPENSAÇÕES		Especificação Saldo dos atos potenciais do passivo	NOTA 31	Exercício Atual	Exercício Anterior
	Exercício Atual	Exercício Anterior				
Execução dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais passivos		0,00	0,00
Garantias e contragarantias recebidas a executar	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar		0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos		0,00	0,00
Direitos contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais		0,00	0,00
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos		0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL		0,00	0,00

Nota 31) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO: Registra os valores das obrigações contratuais a executar. O valor do saldo no final do exercício foi **R\$ 0,00**.

c) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:
 Não houve registro de passivos contingentes. Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2.Divulgações não financeiras:
 Não se aplica a este demonstrativo.

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:
 Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros do exercício:
 Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registros do exercício.

d) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 000	R\$ 0,00

e) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

f) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XIII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 047/2018 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

g.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:



<p>Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas de sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.</p>
<p>g.2.Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis: Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.</p>
<p>g.3.Ativos imobilizados obtidos a título gratuito: Não houve no exercício de 2018 bens recebidos por doação. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.</p>
<p>g.4.Transferência de Ativos: Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.</p>
<p>g.5.Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito: Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2018. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.</p>
<p>g.6.Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos: Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.</p>
<p>g.7.Ajustes decorrentes de Omissões e Erros em Anos Anteriores ou de Mudanças de Critérios: Não foram feitos ajustes significativos decorrentes de omissão e erros de registro de anos anteriores ou relativos a mudanças de critérios.</p>
<p>g.8.Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão: Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes de depreciação, amortização e exaustão.</p>
<p>g.10.Informações de Passivos Contingentes: Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.</p>
<p>g.11.Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.</p>
<p>g.12.Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105): Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.</p>
<p>g.13.Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103): Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário _____, MIBA nº _____.</p>
<p>g.14.Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 7ª Edição p. 198): Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.</p>
<p>g.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado: Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.</p>
<p>g.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.</p>
<p>g.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.</p>
<p>g. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106): Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.</p>
<p>g. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.</p>
<p>g. 20. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve passivos perdoados no exercício de 2018</p>



g. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR (R\$)
HERANÇAS		0,00
PRESENTES		0,00
DOAÇÕES		0,00
TOTAL		0,00

g. 22. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

g. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

As provisões matemáticas foram realizadas pelo atuário Sr (a) _____, MIBA nº _____
 RETIRAR DO CÁLCULO ATUARIAL OS CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES E INSERIR AQUI.

g. 24 TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
PERDA POR DESVALORIZAÇÃO RECONHECIDA OU REVERTIDA	0,00
VALOR RECUPERÁVEL	0,00
VALOR LÍQUIDO DE VENDA (VALOR POR REFERÊNCIA DE MERCADO DE ATIVO)	0,00
VALOR EM USO (TAXA DE DESCONTO UTILIZADA ANTERIOR: _____.)	0,00
VALOR EM USO (TAXA DE DESCONTO UTILIZADA POSTERIOR: _____.)	0,00
	0,00
TOTAL	0,00

NATUREZA DO ATIVO QUE SOFREU O TESTE:

g.25. Análise do item 52 do ICC:

52 Há consistência no somatório dos saldos das contas com atributos legais [F] que compõem o Passivo do Balanço Patrimonial acrescido do Saldo Líquido do Demonstrativo dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\sum \text{Passivo [F] (BP)} + \sum \text{IRPNP} - \sum (\text{RNPL} + \text{RPNC}) (\text{BO}) + \sum \text{Saldo IRPNP (BF)}) = \sum (\text{SES (DDF)})$.

Analisando as equações acima observamos que o valor dos restos a pagar não processado liquidados aparece duas vezes. Enquanto no balanço orçamentário, o dado aparece apenas uma vez. O saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados, só foram abatidos nos valores pagos. Logo, os valores liquidados e não pagos compõem o saldo final. Como já houve o movimento de liquidação, os Restos a Pagar Não Processados Liquidados compõem também os saldos das contas com atributos legais [F] do passivo do Balanço Patrimonial, causando assim a duplicidade. Acreditamos que o TCE-PE fará em breve ajustes relativos a esta equação.

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO:

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	NOTA 8	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b - c - e)
DESPESAS CORRENTES		0,00	390.883,96	239.578,58	239.578,58	114.395,90	36.909,48
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		0,00	390.883,96	239.578,58	239.578,58	114.395,90	36.909,48
Continua 3 / 4							
Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018							
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	390.883,96	239.578,58	239.578,58	114.395,90	36.909,48

Passivos com atributo F do Balanço Patrimonial: R\$ 138.839,94.
 Saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados no Balanço Orçamentário: R\$ 36.909,48.
 Inscrição de Restos a Pagar não Processados no Balanço Financeiro: R\$ 12.188,80.
Soma: R\$ 187.938,22.
 Saldo para o exercício seguinte da Dívida Flutuante: R\$ 728.206,20.
Diferença: R\$ 540.267,98.
 Valor Liquidado de Restos a Pagar Não Processados, conforme BO: R\$ 239.578,58.



Valor Pago de Restos a Pagar Não Processados, conforme BO: R\$ 239.578,58.

Diferença: R\$ 0,00.

Confirmando assim que não houve diferença proveniente dos Restos a Pagar Não Processados que foram liquidados e pagos no exercício.

g) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

h.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2018	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de			



empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Civis e Militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2021	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	01/01/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Secretária de Assistência Social	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

PATRICIA DUARTE NOGUEIRA TAVARES
Secretário de Assistência Social

ROSTAND FALCÃO DE LIMA
Contador
CRC-PE Nº 019974/O-8

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salgueiro

RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE
CNPJ: 03.595.835/0001-20

Usuário: Karoline Alves Chave de Autenticação: 1154-3398-709 Página: 1 / 2

Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018

Despesa realizada: Empenhada

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante	324.198,88	57.686,11	Passivo Circulante	26.254,27	26.254,27
Caixa e equivalentes de caixa	324.198,88	57.686,11	Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo	0,00	0,00
Créditos a curto prazo	0,00	0,00	Empréstimos e financiamentos a curto prazo	0,00	0,00
Créditos tributários a receber	0,00	0,00	Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	24.662,50	24.662,50
Clientes	0,00	0,00	Obrigações fiscais a curto prazo	0,00	0,00
Créditos de transferências a receber	0,00	0,00	Obrigações de repartição a outros entes	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00	Provisões a curto prazo	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	0,00	0,00	Demais obrigações a curto prazo	1.591,77	1.591,77
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00			
(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo	0,00	0,00			
Demais créditos e valores a curto prazo	0,00	0,00			
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00			
Ativo não Circulante	0,00	0,00	Passivo não Circulante	0,00	0,00
Ativo realizável a longo prazo	0,00	0,00	Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo	0,00	0,00
Créditos a longo prazo	0,00	0,00	Empréstimos e financiamentos a longo prazo	0,00	0,00
Créditos tributários a receber	0,00	0,00	Fornecedores e contas a pagar a longo prazo	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	Obrigações fiscais a longo prazo	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00	Provisões a longo prazo	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	0,00	0,00	Demais obrigações a longo prazo	0,00	0,00
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00	Resultado diferido	0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a longo prazo	0,00	0,00			
Demais créditos e valores a longo prazo	0,00	0,00			
Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00			
Investimentos	0,00	0,00			
Participações permanentes	0,00	0,00			
Avaliadas pelo método de equivalência	0,00	0,00			
Avaliadas pelo método de custo	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00			
Propriedades para investimentos	0,00	0,00			
(-) Depreciação acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00			
Investimentos do RPPS de longo prazo	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de propriedades	0,00	0,00			
Demais investimentos permanentes	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00			
Imobilizado	0,00	0,00			
Bens móveis	0,00	0,00			
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens móveis	0,00	0,00			
			TOTAL DO PASSIVO	26.254,27	26.254,27
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	297.944,61	297.944,61

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
 Acesso em: https://eic.ice.gov.br/validador/validador.do?codigo_documento=35b92f28-50a7-4b58-83cf-720416181b0



Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salgueiro

RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE
CNPJ: 03.595.835/0001-20

Usuário: Karoline Alves

Chave de Autenticação
1154-3398-709

Página
2 / 2

Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018

Despesa realizada: Empenhada

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	0,00	0,00			
Bens imóveis	0,00	0,00			
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	0,00	0,00			
Intangível	0,00	0,00			
Softwares	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
TOTAL	324.198,88	57.686,11	TOTAL	324.198,88	57.686,11

ATIVO FINANCEIRO	NOTA 26	324.198,88	57.686,11	PASSIVO FINANCEIRO	NOTA 28	43.754,27	43.754,27
ATIVO PERMANENTE	NOTA 27	0,00	0,00	PASSIVO PERMANENTE	NOTA 29	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL						280.444,61	13.931,84

COMPENSAÇÕES

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos atos potenciais do ativo			Saldo dos atos potenciais do passivo	NOTA 31	
Execução dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais passivos	0,00	0,00
Garantias e contragarantias recebidas a executar	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos	0,00	0,00
Direitos contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

NOTA 30

00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	262.148,57	13.931,84
80 - OUTRAS ESPECIFICAÇÕES	18.296,04	0,00
TOTAL	280.444,61	13.931,84

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

Acesse em: <https://tce.ce.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: 35b92f28-50a7-4b58-83cf-7bf9de168fb0

Documento Assinado Digitalmente por: CLIBEL DE SOUZA CORDEIRO

ROSTAN FALCÃO DE OLIVEIRA
CONTADOR
CRC/PE - 019974/O-8



JOSIVAN DA SILVA SARAIVA

PRESIDENTE FUNDECA
CPF: 561.329.134-91



**Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
de Salgueiro - COMDICAS**

**BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL
COMDICAS.**

Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal COMDICAS.

Exercício de 2018

Balanço Patrimonial
Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64

Prestação de Contas de Gestão
Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, atualizada
pela nº 052, de 13 de fevereiro de 2019



APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializada tanto nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil **E Pública**, como nas respectivas Notas Explicativas.

Para tanto, os dados da Prefeitura, Câmara, Fundos e demais entidades foram consolidado dentro do Sistema Contábil **E-Pública**.

Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 9 – Contabilização de retenções; 10 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 11 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 12 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 13 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo XIX e XXII, da Resolução TCE-PE nº 052, de 13 de fevereiro de 2019, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida fluante (Anexo XVI) e o demonstrativo dos recursos



vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros. Foram feitos ajustes na estrutura dos bal para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Analisando os dados do balanço patrimonial de 2018, observamos que o total do ativo circulante (bens e direitos de curto prazo) foi de R\$ 324.198,88, enquanto o não circulante (bens e direitos de longo prazo) foi de R\$ 0,00. O passivo de curto prazo (circulante) apresentou o valor de R\$ 26.254,27, enquanto passivo de longo prazo (não circulante) apresentou o valor de R\$ 0,00. Utilizando a equação patrimonial (ativo – passivo = patrimônio líquido), ao final do exercício, o balanço patrimonial do município apresentou saldo patrimonial de R\$ 297.944,61 (superavitário).

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

JOSIVAN DA SILVA SARAIVA
Coordenador

BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SALGUEIRO – COMDICAS.**Demonstrações Contábeis da Gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.****Exercício de 2018**

Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, atualizada pela nº 052, de 13 de fevereiro de 2019)

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)**a) INFORMAÇÕES GERAIS:**

Nome do órgão ou entidade: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salgueiro – COMDICAS.
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 120-1 – Fundo Público
CNPJ: 03.595.835/0001-20
Domicílio do órgão ou entidade: Av. Aurora de Carvalho Rosa, nº 2240 – Bairro: Santo Antonio – Cidade: Salgueiro – Pernambuco – CEP: 56.000-000.
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salgueiro concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 "Município" possui como atividade principal "a administração pública geral". A população estimada pelo IBGE é de 60.604 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2.2%. Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 2.078 de 20 de Janeiro de 2017 (LOA 2018). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
As demonstrações contábeis: A demonstração contábil abrange o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Salgueiro, conforme a seguir: 1) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Dados do gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município: Nome: Josivan da Silva Saraiva. Cargo: Coordenador. Período de gestão: 20/06/2018 a 31/12/2018.
Dados do contador (a) do Fundo Municipal responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis e notas explicativas: Nome: Rostand Falcão de Lima. CRC-PE nº 019974/O-8. E-mail: rostandfalcao@hotmail.com
Dados do Diretor de Contabilidade responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salgueiro: Nome: Paulo Ribeiro de Souza. Portaria nº: 078/2017. E-mail: paulo1220.pe@hotmail.com
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Franclecio Leandro de Sá Parente. Portaria nº: 963/2018. E-mail: franclecio.parente@gmail.com
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: Fundos - E-Pública;
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: www.salgueiro.pe.gov.br/transparencia/index.htm

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:**b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:**

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de



Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº 047/2018 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas:

O balanço patrimonial foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo:

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques:

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2018, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2018, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível:

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que



tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis a não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante:

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos:

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões:

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado:

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O regime orçamentário do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos: Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituição de provisões: Não Foi constituído provisão para este fundo será informado no consolidado do Município.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades: Não houve



transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2018
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salgueiro		
RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N 5 DAS GRAÇAS - 55.000-000 - Salgueiro/ PE CNPJ: 03.595.835/0001-20		
Usuário: Karoline Alves	Chave de Autenticação: 1154-3398-709	Página: 1 / 2
Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial		
Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018 Despesa realizada: Empenhada		
Ativo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante NOTA 1	324.198,88	57.686,11
Caixa e equivalentes de caixa NOTA 2	324.198,88	57.686,11
Créditos a curto prazo	0,00	0,00
Créditos tributários a receber	0,00	0,00
Cientes	0,00	0,00
Créditos de transferências a receber	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	0,00	0,00
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo	0,00	0,00
Demais créditos e valores a curto prazo	0,00	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2018 foram de R\$ 324.198,88, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2018 somam R\$ 324.198,88. O valor disponível apresentou acréscimo de R\$ 266.512,77 em relação ao exercício de 2017 que foi de R\$ 57.686,11.

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

Níveis	Valor
Créditos de transferências a receber (1)	0,00
Dívida ativa tributária (2)	0,00
Dívida ativa não tributária (2)	0,00
TOTAL	0,00

(1) Ao final do exercício a classificação dos ativos a curto prazo mostra que o valor evidenciado como "Créditos de Transferência a Receber" no valor de R\$ 0,00, referem-se aos registros patrimoniais da receita por competência baseado nos valores liberados pelo FNDE no valor de R\$ 0,00 e do FNAS no valor de R\$ 0,00 . Os valores foram compensados financeiramente apenas no exercício de 2019 em atendimento ao estudo técnico da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e NBCASP. No entanto, o registro por competência foi realizado. Os valores dos avisos de crédito estão disponíveis na internet nos seguintes endereços eletrônicos: FNDE – www.fnde.gov.br / FNAS – <http://mds.gov.br/>.

(2) Foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária a média de arrecadação dos últimos três anos.

Nota 4) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A CURTO PRAZO: Não houve ajustes para perdas de créditos tributários a curto prazo.

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
Aceite em: <https://eac.ice.pe.gov.br/epd/validaDoc.html> Código do documento: 35092929-5047-4058-82c4-7b92d4168100



Nota 5) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
Tributos a recuperar/compensar	0,00	F
Depósitos restituíveis e valores vinculados	0,00	F
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário família pago	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago	0,00	F
Subtotal	0,00	
Créditos previdenciários a receber	0,00	P
Créditos a receber e valores a curto prazo	0,00	P
Subtotal	0,00	P
TOTAL	0,00	

Nota 6) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de R\$ 0,00 compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 7) ESTOQUE: O saldo do estoque inicial em 31/12/2017 foi de R\$ 0,00 e as incorporações em 2018 somam R\$ 0,00. As baixas de estoque informadas pelo setor de almoxarifado totalizaram R\$ 0,00. É importante destacar que não houve informações disponibilizadas até o fechamento deste balanço quanto as baixas do estoque. Sugerimos a administração a adoção dos procedimentos de controle do almoxarifado e estoque para compatibilização em tempo real com o setor contábil. Sendo assim, saldo final do estoque evidenciado no Balanço Patrimonial foi de R\$ 0,00.

POLÍTICA CONTÁBIL E CRITÉRIOS DE VALORAÇÃO ADOTADA NA MENSURAÇÃO DO ESTOQUE:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Valor total contabilizado em estoque.	0,00
Valor classificado em outras contas específicas da entidade.	0,00
Valor do estoque contabilizados pelo valor justo menos as despesas de vendas.	0,00
Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período.	0,00
Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período.	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos.	0,00
Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano.	0,00
Citar as circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a reversão da redução de estoques:	

Ativo não Circulante	NOTA 8	0,00	0,00
Ativo realizável a longo prazo		0,00	0,00
Créditos a longo prazo	NOTA 9	0,00	0,00
Créditos tributários a receber		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos		0,00	0,00
Dívida ativa tributária		0,00	0,00
Dívida ativa não tributária		0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a longo prazo	NOTA 10	0,00	0,00
Demais créditos e valores a longo prazo		0,00	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Participações permanentes		0,00	0,00
Avaliadas pelo método de equivalência		0,00	0,00
Avaliadas pelo método de custo		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável		0,00	0,00
Propriedades para investimentos		0,00	0,00
(-) Depreciação acumulada		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável		0,00	0,00
Investimentos do RPPS de longo prazo		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de propriedades		0,00	0,00
Demais investimentos permanentes		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável		0,00	0,00
Imobilizado		0,00	0,00
Bens móveis		0,00	0,00
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens móveis		0,00	0,00



Ativo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	0,00	0,00
Bens imóveis	0,00	0,00
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00
TOTAL	324.198,88	57.686,11
ATIVO FINANCEIRO NOTA 26	324.198,88	57.686,11
ATIVO PERMANENTE NOTA 27	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL		

Nota 8) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 0,00.

Nota 9) CRÉDITOS A LONGO PRAZO: O valor de R\$ 0,00, corresponde a R\$ 0,00 de Dívida Ativa Tributária e R\$ 0,00 da Dívida Ativa Não Tributária. Até o fechamento do balanço, o setor tributário do município não informou a previsão de perdas da dívida ativa. Sendo assim, adotamos como critério para as provisões para credores de liquidação duvidosa a média de arrecadação dos últimos três exercícios e o percentual de perda real.

Nota 10) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO: o ajuste para perdas foi calculado sobre o percentual de efetividade de arrecadação nos últimos três exercícios, levando em consideração o estoque inicial e final do crédito tributário a receber conforme memória de cálculo a seguir:

Nota 11) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2017 totalizou R\$ 0,00. No exercício de 2018 houve incorporação de novos ativos imobilizados no valor de R\$ 0,00, sendo R\$ 0,00, de bens móveis e R\$ 0,00 de Bens Imóveis. Somando o saldo de 2017 mais as incorporações de 2018 temos o saldo ao final de R\$ 0,00. O valor da depreciação acumulada dos bens móveis até o período foi de R\$ 0,00 que retifica o ativo imobilizado. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor atualizado do imobilizado, bem como a depreciação acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos a administração que tome medidas no sentido de manter as informações do patrimônio atualizadas para compatibilização em tempo da contabilidade. Não foi realizado teste de imparidade durante o exercício de 2018 em ativos com redução no poder de geração de caixa, bem como não houve reavaliação de ativos.

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO:

Descrição	Valor (R\$)	
	2018	2017
Bens móveis	0,00	0,00
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	(0,00)	(0,00)
Bens imóveis	0,00	0,00
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	(0,00)	(0,00)
Total	0,00	0,00

Nota 12) INTANGÍVEL: Os valores registrados no ativo intangível relativo a *softwares* utilizados nos equipamentos de informática da entidade totalizam R\$ 0,00. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas a amortização acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de controlar em tempo real os bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis

Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante NOTA 13	26.254,27	26.254,27
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos a curto prazo	0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	24.662,50	24.662,50
Obrigações fiscais a curto prazo	0,00	0,00
Obrigações de repartição a outros entes	0,00	0,00
Provisões a curto prazo	0,00	0,00
Demais obrigações a curto prazo	1.591,77	1.591,77



Nota 13) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2018 foram de R\$ 26.254,27. O índice de liquidez corrente, excluído o RPPS, em 2018 foi de 12,34. Ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo a entidade possui R\$ 12,34 de ativos de curto prazo para cobrir. O índice de liquidez seca foi de 12,34 e o índice de liquidez imediato é 12,34.

Nota 14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de R\$ 0,00. Aumento/Redução de R\$ 0,00, quando comparado com o exercício anterior que foi de R\$ 0,00.

Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	0,00	F
Encargos Sociais a Pagar	0,00	F
Subtotal	0,00	
Encargos Sociais a Pagar – Débito Parcelado a curto prazo	0,00	P
Subtotal	0,00	
TOTAL	0,00	

Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO): Corresponde as dívidas decorrentes de operações de crédito cujas parcelas tem vencimento até 31/12/2019.

Detalhamento	Valor
	0,00
	0,00
OUTROS (ESPECIFICAR)	0,00
TOTAL	0,00

Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ao final do exercício de 2018 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 24.662,50 relativo a fornecedores e contas a pagar. Aumento de R\$ 0,00, quando comparado com o exercício anterior que foi de R\$ 24.662,50.

Nota 17) PROVISÕES A CURTO PRAZO: Foi constituída provisão detalhada no quadro a seguir:

TIPO/CLASSE DA PROVISÃO:	VALOR (R\$)
a.1) valor contábil do início do período.	0,00
a.2) valor contábil do final do período.	0,00
b) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes.	0,00
c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período.	0,00
d) valores não utilizados revertidos durante o período.	0,00
e) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto.	0,00
f) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.	0,00
g) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.	0,00

Nota 18) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: As demais obrigações a curto prazo são compostas pelas consignações R\$ 1.591,77, e depósitos não judiciais R\$ 0,00, totalizando R\$ 26.254,27. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

--



Passivo não Circulante	NOTA 19	0,00	0,00
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo	NOTA 20	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos a longo prazo		0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a longo prazo		0,00	0,00
Obrigações fiscais a longo prazo		0,00	0,00
Provisões a longo prazo		0,00	0,00
Demais obrigações a longo prazo		0,00	0,00
Resultado diferido		0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO		26.254,27	26.254,27

Nota 19) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final de 2018 somam **R\$ 0,00**, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

Nota 20) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: O montante de **R\$ 0,00** compreende os Parcelamentos existentes relativos ao PASEP, INSS, RPPS, FGTS e outros, conforme valores representado na tabela:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	Saldos
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – PASEP	0,00
Contribuições a Regime Próprio de Previdência – RPPS	0,00
Débito Parcelado – INSS	0,00
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – FGTS	0,00
Outros (Especificar)	0,00
Total	0,00

Nota 21) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO): O valor evidenciado nos empréstimos e financiamentos de longo prazo foi de **R\$ 0,00**.

Detalhamento	Valor
	0,00
	0,00
OUTROS (ESPECIFICAR)	0,00
TOTAL	0,00

Nota 22) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (CURTO PRAZO): Ao final do exercício de 2018 ficou em restos a pagar o valor de **R\$ 24.662,50** relativo a fornecedores e contas a pagar.

Nota 23) PROVISÕES A LONGO PRAZO: As provisões totalizaram **R\$ 0,00**, e são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS. Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de **R\$ 0,00** e Reversão de Provisões no valor de **R\$ 0,00** conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas. O cálculo atuarial foi feito pelo Atuário _____, MIBA nº _____.

TIPO/CLASSE DA PROVISÃO:	VALOR (R\$)
a.1) valor contábil do início do período.	0,00
a.2) valor contábil do final do período.	0,00
c) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes.	0,00
c) valores utilizados (incorridos e baixados contra a provisão) durante o período.	0,00
d) valores não utilizados revertidos durante o período.	0,00
e) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto.	0,00
f) breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços.	
BREVE DESCRIÇÃO: _____ _____ _____ _____	
g) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.	0,00
h) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido	



reconhecido na forma do reembolso.	0
------------------------------------	---

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

CONTEXTUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

Nota 24) DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO: Corresponde a dívida da 0,00 no valor de R\$ 0,00.

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio social/capital social	0,00	0,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	0,00	0,00
Reservas de capital	0,00	0,00
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00
Reservas de lucros	0,00	0,00
Demais reservas	0,00	0,00
Resultado acumulado	297.944,61	31.431,84
Resultado do exercício	266.512,77	-14.352,99
Resultado de exercícios anteriores	31.431,84	45.784,83
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
Outros resultados	0,00	0,00
Ações/Cotas em tesouraria	0,00	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOTA 25	297.944,61	31.431,84

Nota 25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade fez em 2018 o valor de R\$ 297.944,61. Os Resultados Acumulados de exercícios anteriores foram de R\$ 31.431,84. O Resultado do Exercício foi no valor de R\$ 266.512,77. O valor do resultado do exercício será detalhado a seguir:

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	31.431,84
Resultado do Exercício	266.512,77
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	297.944,61

ATIVO FINANCEIRO NOTA 26	324.198,88	57.686,11	PASSIVO FINANCEIRO NOTA 28	43.754,27	43.754,27
ATIVO PERMANENTE NOTA 27	0,00	0,00	PASSIVO PERMANENTE NOTA 29	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				280.444,61	13.931,84

Nota 26) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 324.198,88.

Nota 27) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 0,00.

Nota 28) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 0,00, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 0,00 perfazem o total de R\$ 0,00.

Nota 29) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 0,00.

Nota 30) SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO: Evidencia o superávit/déficit financeiro que poderá ser utilizado como recurso para abertura de créditos adicionais segregados por fonte de recursos. Corresponde à diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O controle das disponibilidades por fonte de recursos é feito nas classes 7 e 8 do plano de contas. O total do Superávit Financeiro do exercício foi R\$ 280.444,61, sendo R\$ 262.148,57 de recursos ordinários e R\$ 18.296,04 de recursos vinculados.

--	--	--	--	--	--



Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DELIMA
 Acesso em: https://tce.tce-pe.gov.br/ep/validaDoc.shtm Código do documento: 35f92f28-50a7-4d55-8-83cf-7b9de168f60

COMPENSAÇÕES					
Especificação	Exercício	Exercício	Especificação	Exercício	Exerc
Saldo dos atos potenciais do ativo	Atual	Anterior	Saldo dos atos potenciais do passivo	Atual	Anterior
Execução dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais passivos	0,00	0,00
Garantias e contragarantias recebidas a executar	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos	0,00	0,00
Direitos contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Nota 31) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO: Registra os valores das obrigações contratuais a executar. O valor do saldo no final do exercício foi R\$ 0,00.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:
 Não houve registro de passivos contingentes. Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2. Divulgações não financeiras:
 Não se aplica a este demonstrativo.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e direcionamento das operações da entidade no futuro:
 Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros do exercício:
 Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registros do exercício.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

g) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XIII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 047/2018 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

g.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:
 Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

g.2. Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis:
 Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.

g.3. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito:
 Não houve no exercício de 2018 bens recebidos por doação. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação



Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
 Acesso em: https://tcece.tcece.de.gov.br/epd/auditoria/DocAssinaturaCodigoDocumento.html:35f92938-30a7-4058-83cf-2b79dd1681b0

foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.																	
g.4. Transferência de Ativos: Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.																	
g.5. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito: Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2018. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.																	
g.6. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos: Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.																	
g.7. Ajustes decorrentes de Omissões e Erros em Anos Anteriores ou de Mudanças de Critérios: Não foram feitos ajustes significativos decorrentes de omissão e erros de registro de anos anteriores ou relativos a mudanças de critérios.																	
g.8. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão: Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município custo histórico. Até o fechamento Os valores registrados no balanço patrimonial relativo a ajustes, depreciação, amortização e exaustão, foram disponibilizados pelo setor de patrimônio da entidade de forma sintética por classe e grupo de ativos. Foram utilizadas taxas diferentes de depreciação em função das características de cada bem, como os eventos e circunstâncias que levarão ao reconhecimento de inservibilidade de bens, no caso de perdas, consta de registro analítico de termo de baixa disponível no setor patrimônio do município.																	
g.9. Relação de Provisões e Passivos Contingentes: Não houve durante o exercício de 2018 relação de provisões a passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.																	
g.10. Informações de Passivos Contingentes: Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.																	
g.11. Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.																	
g.12. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105): Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.																	
g.13. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103): Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário será informado nas notas explicativas do balanço consolidado.																	
g.14. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 7ª Edição p. 198): Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.																	
g.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado: Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.																	
g.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.																	
g.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.																	
g. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106): Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.																	
g. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.																	
g. 20. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve passivos perdoados no exercício de 2018.																	
g. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):																	
<table border="1"> <thead> <tr> <th>DESCRIÇÃO</th> <th>TIPO/CLASSE</th> <th>VALOR (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>HERANÇAS</td> <td></td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>PRESENTES</td> <td></td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>DOAÇÕES</td> <td></td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: right;">TOTAL</td> <td>0,00</td> </tr> </tbody> </table>			DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR (R\$)	HERANÇAS		0,00	PRESENTES		0,00	DOAÇÕES		0,00	TOTAL		0,00
DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR (R\$)															
HERANÇAS		0,00															
PRESENTES		0,00															
DOAÇÕES		0,00															
TOTAL		0,00															
g. 22. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105): Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.																	
g. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103): As provisões matemáticas foram realizadas pelo atuário e será informado junto com os balanços e respectivas notas explicativas no consolidado.																	
g. 24 TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT): Não foi realizado teste de paridade no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.																	
g.25. Análise do item 52 do ICC:																	



52 Há consistência no somatório dos saldos das contas com atributos legais [F] que compõem o Passivo do Balanço Patrimonial acrescido do Saldo Líquido do Demonstrativo dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\sum \text{Passivo [F] (BP)} + \sum \text{IRPNP} - \sum (\text{RNPL} + \text{RPNC}) (\text{BO}) + \sum \text{Saldo IRPNP (BF)}) = \sum (\text{SES (DDF)})$.

Analisando as equações acima observamos que o valor dos restos a pagar não processado liquidados aparece duas vezes. Enquanto no balanço orçamentário, o dado aparece apenas uma vez. O saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados, só foram abatidos nos valores pagos. Logo, os valores liquidados e não pagos compõem o saldo final. Como já houve o movimento de liquidação, os Restos a Pagar Não Processados Liquidados compõem também os saldos das contas com atributos legais [F] do passivo do Balanço Patrimonial, causando assim a duplicidade. Acreditamos que o TCE-PE fará em breve ajustes relativos a esta equação.

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO:

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NOTA 8	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a + b - c - e)	
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)					
DESPESAS CORRENTES	0,00	17.500,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	17.500,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	
Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018							
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	17.500,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	

Passivos com atributo F do Balanço Patrimonial: R\$ 26.254,27.

Saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados no Balanço Orçamentário: R\$ 17.500,00.

Inscrição de Restos a Pagar não Processados no Balanço Financeiro: R\$ 0,00.

Soma: R\$ 43.754,27.

Saldo para o exercício seguinte da Dívida Flutuante: R\$ 43.754,27.

Diferença: R\$ 0,00.

Valor Liquidado de Restos a Pagar Não Processados, conforme BO: R\$ 0,00.

Valor Pago de Restos a Pagar Não Processados, conforme BO: R\$ 0,00.

Diferença: R\$ 0,00.

Confirmando assim a diferença proveniente dos Restos a Pagar Não Processados, que foram liquidados, porém não foram pagos no exercício.

h) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

h.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2018	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Cívicos e Militares.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2021	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador		



	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).



Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 35b92f28-50a7-4b58-83cf-7b79de168fb0

JOSIVAN DA SILVA SARAIVA
Coordenador

ROSTAND FALCÃO DE LIMA
Contador
CRC-PE Nº 019974/O-8

Fundo Municipal dos Direitos do Idoso

RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE
CNPJ: 26.184.900/0001-20

Usuário: Karoline Alves

Chave de Autenticação
1658-0706-933

Página
2 / 2

Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018

Despesa realizada: Empenhada

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	0,00	0,00			
Bens imóveis	0,00	0,00			
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	0,00	0,00			
Intangível	0,00	0,00			
Softwares	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
TOTAL	471.863,78	377.119,16	TOTAL	471.863,78	377.119,16

ATIVO FINANCEIRO	NOTA 26	471.863,78	377.119,16	PASSIVO FINANCEIRO	NOTA 28	0,00	0,00
ATIVO PERMANENTE	NOTA 27	0,00	0,00	PASSIVO PERMANENTE	NOTA 29	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL						471.863,78	377.119,16

COMPENSAÇÕES

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos atos potenciais do ativo			Saldo dos atos potenciais do passivo		
Execução dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais passivos	0,00	0,00
Garantias e contragarantias recebidas a executar	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos	0,00	0,00
Direitos contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

NOTA 30

00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.863,78	377.119,16
80 - OUTRAS ESPECIFICAÇÕES	470.000,00	0,00
TOTAL	471.863,78	377.119,16

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

PATRICIA DUARTE NOGUEIRA TAVARES
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Documento Assinado Digitalmente por: CLIBEL DE SOUZA CORDEIRO
ROSTAND FALCÃO DE OLIVEIRA
CONTADOR
CRC/PE - 019974/O-8



Acesse em: <https://eicrce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 35b92f28-50a7-4b58-83cf-7bf9de168f0



**Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
de Salgueiro - COMDICAS**

**BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL
DO IDOSO.**

Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal Fundo do
Idoso.

Exercício de 2018

Balanço Patrimonial
Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64

Prestação de Contas de Gestão
Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, atualizada
pela nº 052, de 13 de fevereiro de 2019



APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil **E-Pública**, como nas respectivas Notas Explicativas.

Para tanto, os dados da Prefeitura, Câmara, Fundos e demais entidades foram consolidados dentro do Sistema Contábil **E-Pública**.

Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 9 – Contabilização de retenções; 10 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 11 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 12 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 13 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo XIX e XXII, da Resolução TCE-PE nº 052, de 13 de fevereiro de 2019, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo I como por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo XVI) e o demonstrativo dos recursos vinculados a saúde e educação (Anexo XVIII), dentre outros. Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.



Analisando os dados do balanço patrimonial de 2018, observamos que o total do ativo circ (bens e direitos de curto prazo) foi de R\$ 471.863,78, enquanto o não circulante (bens e direitos de longo prazo) foi de R\$ 0,00. O passivo de curto prazo (circulante) apresentou o valor de R\$ 0,00, enquanto o passivo de longo prazo (não circulante) apresentou o valor de R\$ 0,00. Utilizando a equação patrimonial (ativo - passivo = patrimônio líquido), ao final do exercício, o balanço patrimonial do município apresentou o saldo patrimonial de R\$ 471.863,78 (superavitário).

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes ao Fundo Municipal do Idoso.

JOSIVAN DA SILVA SARAIVA
Coordenador

BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DE SALGUEIRO
Demonstrações Contábeis da Gestão do Fundo Municipal do Idoso
Exercício de 2018



Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018, atualizada pela nº 052, de 13 de fevereiro de 2019)

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome do órgão ou entidade: Fundo Municipal dos Direitos do Idoso.
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 120-1 – Fundo Público
CNPJ: 26.184.900/0001-20
Domicílio do órgão ou entidade: Rua Joaquim Sampaio, nº 279 – Bairro: N. S. Das Graças – Cidade: Salgueiro – Pernambuco – CEP: 56.000-000.
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: O Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Salgueiro concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 "Município" possui como atividade principal "a administração pública geral". A população estimada pelo IBGE é de 60.604 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2.2%. Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 2.078 de 20 de dezembro de 2017 (LOA 2018). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 8 de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
As demonstrações contábeis: A demonstração contábil abrange o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso do Município de Salgueiro, conforme a seguir: 1) Fundo Municipal dos Direitos do Idoso.
Dados do gestor do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso do Município: Nome: Patrícia Duarte Nogueira Tavares. Cargo: Secretária. Período de gestão: 01/01/2018 a 31/12/2018.
Dados do contador (a) do Fundo Municipal responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis e notas explicativas: Nome: Rostand Falcão de Lima. CRC-PE nº 019974/O-8. E-mail: rostandfalcao@hotmail.com
Dados do Diretor de Contabilidade responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso: Nome: Paulo Ribeiro de Souza. Portaria nº: 078/2017. E-mail: paulo1220.pe@hotmail.com
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Franclecio Leandro de Sá Parente. Portaria nº: 963/2018. E-mail: franclecio.parente@gmail.com
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: Fundos - E-Pública;
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: www.salgueiro.pe.gov.br/transparencia/index.htm

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBET DE SOUZA CONDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 5159298-50a74838-1099-00



regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº 047/2018 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2. Bases de mensuração utilizadas:

O balanço patrimonial foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo:

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques:

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2018, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2018, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível:

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.



b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante:

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos:

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões:

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado:

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O regime orçamentário do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos: Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituição de provisões: Não Foi constituído provisão para este fundo será informado no consolidado do Município.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades: Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:



c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2018
 (REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

Fundo Municipal dos Direitos do Idoso		
RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N 5 DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE CNPJ: 26.184.900/0001-20		
Usuário: Karoline Alves	Chave de Autenticação 1658-0706-933	Página 1 / 2
Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial		
Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018 Despesa realizada: Empenhada		
Ativo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante NOTA 1	471.863,78	377.119,16
Caixa e equivalentes de caixa NOTA 2	471.863,78	377.119,16
Créditos a curto prazo	0,00	0,00
Créditos tributários a receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Créditos de transferências a receber	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	0,00	0,00
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo	0,00	0,00
Demais créditos e valores a curto prazo	0,00	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2018 foram de **R\$ 471.863,78**, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2018 somam **R\$ 471.863,78**. O valor disponível apresentou acréscimo de **R\$ 94.744,62** em relação ao exercício de 2017 que foi de **R\$ 377.119,16**.

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

Níveis	Valor
Créditos de transferências a receber (1)	0,00
Dívida ativa tributária (2)	0,00
Dívida ativa não tributária (2)	0,00
TOTAL	0,00

(1) Ao final do exercício a classificação dos ativos a curto prazo mostra que o valor evidenciado como "Créditos de Transferência a Receber" no valor de **R\$ 0,00**, referem-se aos registros patrimoniais da receita por competência baseado nos valores liberados pelo FNDE no valor de **R\$ 0,00** e do FNAS no valor de **R\$ 0,00**. Os valores foram compensados financeiramente apenas no exercício de 2019 em atendimento ao estudo técnico da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e NBCASP. No entanto, o registro por competência foi realizado. Os valores dos avisos de crédito estão disponíveis na internet nos seguintes endereços eletrônicos: FNDE – www.fnde.gov.br / FNAS – <http://mds.gov.br/>.

(2) Foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária a média de arrecadação dos últimos três anos.

Nota 4) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A CURTO PRAZO: Não houve ajustes para perdas de créditos tributários a curto prazo.

Nota 5) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
--------	-------	----------



Tributos a recuperar/compensar	0,00	F
Depósitos restituíveis e valores vinculados	0,00	F
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário família pago	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago	0,00	F
Subtotal	0,00	
Créditos previdenciários a receber	0,00	P
Créditos a receber e valores a curto prazo	0,00	P
Subtotal	0,00	P
TOTAL	0,00	

Nota 6) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de **R\$ 0,00**, compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN n° 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 7) ESTOQUE: O saldo do estoque inicial em 31/12/2017 foi de **R\$ 0,00** e as incorporações em 2018 somam **R\$ 0,00**. As baixas de estoque informadas pelo setor de almoxarifado totalizaram **R\$ 0,00**. É importante destacar que não houve informações disponibilizadas até o fechamento deste balanço quanto as baixas do estoque. Sugerimos a administração a adoção de procedimentos de controle do almoxarifado e estoque para compatibilização em tempo real com o setor contábil. Sendo assim, o saldo final do estoque evidenciado no Balanço Patrimonial foi de **R\$ 0,00**.

POLÍTICA CONTÁBIL E CRITÉRIOS DE VALORAÇÃO ADOTADA NA MENSURAÇÃO DO ESTOQUE:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Valor total contabilizado em estoque.	0,00
Valor classificado em outras contas específicas da entidade.	0,00
Valor do estoque contabilizados pelo valor justo menos as despesas de vendas.	0,00
Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período.	0,00
Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período.	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos.	0,00
Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano.	0,00
Citar as circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a reversão da redução de estoques:	

Ativo não Circulante	0,00	0,00
Ativo realizável a longo prazo	0,00	0,00
Créditos a longo prazo	0,00	0,00
Créditos tributários a receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	0,00	0,00
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a longo prazo	0,00	0,00
Demais créditos e valores a longo prazo	0,00	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Participações permanentes	0,00	0,00
Avaliadas pelo método de equivalência	0,00	0,00
Avaliadas pelo método de custo	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00
Propriedades para investimentos	0,00	0,00
(-) Depreciação acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00
Investimentos do RPPS de longo prazo	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de propriedades	0,00	0,00
Demais investimentos permanentes	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00
Imobilizado	0,00	0,00
Bens móveis	0,00	0,00
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens móveis	0,00	0,00



Ativo			
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	0,00	0,00	0,00
Bens imóveis	0,00	0,00	0,00
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis	0,00	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	0,00	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00	0,00
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00	0,00
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00	0,00
TOTAL	471.863,78	377.119,16	

Nota 8) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 0,00.

Nota 9) CRÉDITOS A LONGO PRAZO: O valor de R\$ 0,00, corresponde a R\$ 0,00 de Dívida Ativa Tributária e R\$ 0,00 da Dívida Ativa Não Tributária. Até o fechamento do balanço, o setor tributário do município não informou a previsão de perdas da dívida ativa. Sendo assim, adotamos como critério para as provisões para credores de liquidação duvidosa a média de arrecadação dos últimos três exercícios e o percentual de perda real.

Nota 10) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO: o ajuste para perdas foi calculado sobre o percentual de efetividade de arrecadação nos últimos três exercícios, levando em consideração o estoque inicial e final do crédito tributário a receber conforme memória de cálculo a seguir:

Nota 11) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2017 totalizou R\$ 0,00. No exercício de 2018 houve a incorporação de novos ativos imobilizados no valor de R\$ 0,00, sendo R\$ 0,00, de bens móveis e R\$ 0,00 de Bens Imóveis. Somando o saldo de 2017 mais as incorporações de 2018 temos o saldo ao final de R\$ 0,00. O valor da depreciação acumulada dos bens móveis até o período foi de R\$ 0,00 que retifica o ativo imobilizado. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor atualizado do imobilizado, bem como a depreciação acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos a administração que tome medidas no sentido de manter as informações do patrimônio atualizadas para compatibilização em tempo da contabilidade. Não foi realizado teste de imparidade durante o exercício de 2018 em ativos com redução no poder de geração de caixa, bem como não houve reavaliação de ativos.

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO:

Descrição	Valor (R\$)	
	2018	2017
Bens móveis	0,00	0,00
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	(0,00)	(0,00)
Bens imóveis	0,00	0,00
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	(0,00)	(0,00)
Total	0,00	0,00

Nota 12) INTANGÍVEL: Os valores registrados no ativo intangível relativo a *softwares* utilizados nos equipamentos de informática da entidade totalizam R\$ 0,00. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas a amortização acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de controlar em tempo real os bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis

Passivo			
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Passivo Circulante NOTA 13	0,00	0,00	0,00
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo	NOTA 14	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos a curto prazo		0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo		0,00	0,00
Obrigações fiscais a curto prazo		0,00	0,00
Obrigações de repartição a outros entes		0,00	0,00
Provisões a curto prazo		0,00	0,00
Demais obrigações a curto prazo		0,00	0,00



Nota 13) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2018 foram de R\$ 0,00. O índice de liquidez corrente, excluído o RPPS, em 2018 foi de 0,00. Ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo a entidade possui R\$ 0,00 de ativos de curto prazo para cobrir. O índice de liquidez seca foi de 0,00 e o índice de liquidez imediata é 12,34.

Nota 14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de R\$ 0,00. Aumento/Redução de R\$ 0,00, quando comparado com o exercício anterior que foi de R\$ 0,00.

Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	0,00	F
Encargos Sociais a Pagar	0,00	F
Subtotal	0,00	
Encargos Sociais a Pagar – Débito Parcelado a curto prazo	0,00	P
Subtotal	0,00	
TOTAL	0,00	

Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO): Corresponde as dívidas decorrentes de operações de crédito cujas parcelas tem vencimento até 31/12/2019.

Detalhamento	Valor
OUTROS (ESPECIFICAR)	0,00
TOTAL	0,00

Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ao final do exercício de 2018 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 24.662,50 relativo a fornecedores e contas a pagar. Aumento de R\$ 0,00, quando comparado com o exercício anterior que foi de R\$ 24.662,50.

Nota 17) PROVISÕES A CURTO PRAZO: Foi constituída provisão detalhada no quadro a seguir:

TIPO/CLASSE DA PROVISÃO:	VALOR (R\$)
a.1) valor contábil do início do período.	0,00
a.2) valor contábil do final do período.	0,00
b) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes.	0,00
c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período.	0,00
d) valores não utilizados revertidos durante o período.	0,00
e) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto.	0,00
f) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.	0,00
g) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.	0,00

Nota 18) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: As demais obrigações a curto prazo são compostas pelas consignações R\$ 0,00, e depósitos não judiciais R\$ 0,00, totalizando R\$ 0,00. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Passivo não Circulante	NOTA 19	0,00	0,00
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo	NOTA 20	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos a longo prazo		0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a longo prazo		0,00	0,00
Obrigações fiscais a longo prazo		0,00	0,00
Provisões a longo prazo		0,00	0,00
Demais obrigações a longo prazo		0,00	0,00
Resultado diferido		0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO		0,00	0,00

Nota 19) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final de 2018 somam R\$ 0,00, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.



Nota 20) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: O montante de R\$ 0,00 compreende os Parcelamentos existentes relativos ao PASEP, INSS, RPPS, FGTS e outros, conforme valores representados na tabela:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	Saldos
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – PASEP	0,00
Contribuições a Regime Próprio de Previdência – RPPS	0,00
Débito Parcelado – INSS	0,00
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – FGTS	0,00
Outros (Especificar)	0,00
Total	0,00

Nota 21) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO): O valor evidenciado nos empréstimos e financiamentos de longo prazo foi de R\$ 0,00.

Detalhamento	Valor
OUTROS (ESPECIFICAR)	0,00
TOTAL	0,00

Nota 22) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (CURTO PRAZO): Ao final do exercício de 2018 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 24.662,50 relativo a fornecedores e contas a pagar.

Nota 23) PROVISÕES A LONGO PRAZO: As provisões seguem no balanço patrimonial consolidado do Município.

TIPO/CLASSE DA PROVISÃO:	VALOR (R\$)
a.1) valor contábil do início do período.	0,00
a.2) valor contábil do final do período.	0,00
c) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes.	0,00
c) valores utilizados (incorridos e baixados contra a provisão) durante o período.	0,00
d) valores não utilizados revertidos durante o período.	0,00
e) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto.	0,00
f) breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços.	0,00
g) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.	0,00
h) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.	0,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

CONTEXTUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

Nota 24) DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO: Corresponde a dívida da 0,00 no valor de R\$ 0,00.

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio social/capital social	0,00	0,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	0,00	0,00
Reservas de capital	0,00	0,00
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00
Reservas de lucros	0,00	0,00
Demais reservas	0,00	0,00
Resultado acumulado	471.863,78	377.119,16
Resultado do exercício	94.744,62	377.119,16
Resultado de exercícios anteriores	377.119,16	0,00
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
Outros resultados	0,00	0,00
Ações/Cotas em tesouraria	0,00	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	471.863,78	377.119,16



Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
 Acesse em: https://www.portal.transparencia.mec.gov.br/arquivos/publico/DocumentoDocumento/35929220-5047-4d58-82e4-7b79d6169800

Nota 25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez em 2018 o valor de **R\$ 471.863,78**. Os Resu Acumulados de exercícios anteriores foram de **R\$ 377.119,16**. O Resultado do Exercício foi no valor de **R\$ 94.744,62**. O valor do resultado do exercício será detalhado a seguir:

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	377.119,16
Resultado do Exercício	94.744,62
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	471.863,78

ATIVO FINANCEIRO NOTA 26	471.863,78	377.119,16	PASSIVO FINANCEIRO NOTA 28	0,00	0,00
ATIVO PERMANENTE NOTA 27	0,00	0,00	PASSIVO PERMANENTE NOTA 29	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				471.863,78	377.119,16
		SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO NOTA 30			
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS				1.863,78	377.119,16
80 - OUTRAS ESPECIFICAÇÕES				470.000,00	0,00
TOTAL				471.863,78	377.119,16

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

Nota 26) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam **R\$ 471.863,78**.

Nota 27) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 0,00**.

Nota 28) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de **R\$ 0,00**, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de **R\$ 0,00** perfazem o total de **R\$ 0,00**.

Nota 29) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 0,00**.

Nota 30) SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO: Evidencia o superávit/déficit financeiro que poderá ser utilizado como recurso para abertura de créditos adicionais segregados por fonte de recursos. Corresponde à diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O controle das disponibilidades por fonte de recursos é feito nas classes 7 e 8 do plano de contas. O total do Superávit Financeiro do exercício foi **R\$ 471.863,78**, sendo **R\$ 1.863,78** de recursos ordinários e **R\$ 470.000,00** de recursos vinculados.

COMPENSAÇÕES					
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos atos potenciais do ativo			Saldo dos atos potenciais do passivo NOTA 31		
Execução dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais passivos	0,00	0,00
Garantias e contragarantias recebidas a executar	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos	0,00	0,00
Direitos contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Nota 31) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO: Registra os valores das obrigações contratuais a executar. O valor do saldo no final do exercício foi **R\$ 0,00**.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

- d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:**
 Não houve registro de passivos contingentes. Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
- d.2. Divulgações não financeiras:**
 Não se aplica a este demonstrativo.
- d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:**
 Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
- d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros do exercício:**



Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registros do exercício.

e) **SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:**

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

f) **INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:**

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

g) **INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XIII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 047/2018 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:**

<p>g.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido constam as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensatório ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filiais e mães dos grupos de contas.</p>
<p>g.2. Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis: Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.</p>
<p>g.3. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito: Não houve no exercício de 2018 bens recebidos por doação. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.</p>
<p>g.4. Transferência de Ativos: Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.</p>
<p>g.5. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito: Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2018. Caso exista colocar o seguinte histórico. Os bens adquiridos por doação foram mensurados por valor de mercado conforme NBCASP.</p>
<p>g.6. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos: Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.</p>
<p>g.7. Ajustes decorrentes de Omissões e Erros em Anos Anteriores ou de Mudanças de Critérios: Não foram feitos ajustes significativos decorrentes de omissão e erros de registro de anos anteriores ou relativos a mudanças de critérios.</p>
<p>g.8. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão: Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Até o fechamento Os valores registrados no balanço patrimonial relativo a ajustes, depreciação, amortização e exaustão, foram disponibilizados pelo setor de patrimônio da entidade de forma sintética por classe e grupo de ativos. Foram utilizadas taxas diferentes de depreciação em função das características de cada bem, como os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento de inservibilidade de bens, no caso de perdas, consta de registro analítico de termo de baixa disponível no setor e patrimônio do município.</p>
<p>g.9. Relação de Provisões e Passivos Contingentes: Não houve durante o exercício de 2018 relação de provisões a passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.</p>
<p>g.10. Informações de Passivos Contingentes: Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.</p>
<p>g.11. Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):</p>



Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como passivos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

g.12. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):
Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras e recebimentos.

g.13. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):
Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário será informado nas notas explicativas do balanço consolidado.

g.14. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 7ª Edição p. 198):
Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

g.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:
Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

g.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):
Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

g.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):
Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

g. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):
Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

g. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):
Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

g. 20. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):
Não houve passivos perdoados no exercício de 2018.

g. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR (R\$)
HERANÇAS		0,00
PRESENTES		0,00
DOAÇÕES		0,00
	TOTAL	0,00

g. 22. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):
Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

g. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):
As provisões matemáticas foram realizadas pelo atuário e será informado junto com os balanços e respectivas notas explicativas do balanço consolidado.

g. 24. TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):
Não foi realizado teste de paridade no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

g.25. Análise do item 52 do ICC:

52 Há consistência no somatório dos saldos das contas com atributos legais [F] que compõem o Passivo do Balanço Patrimonial acrescido do Saldo Líquido do Demonstrativo dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\sum \text{Passivo [F] (BP)} + \sum \text{IRPNP} - \sum (\text{RNPL} + \text{RPNC}) (\text{BO}) + \sum \text{Saldo IRPNP} (\text{BF})) = \sum (\text{SES} (\text{DDF}))$.

Analisando as equações acima observamos que o valor dos restos a pagar não processado liquidados aparece duas vezes. Enquanto no balanço orçamentário, o dado aparece apenas uma vez. O saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados, só foram abatidos nos valores pagos. Logo, os valores liquidados e não pagos compõem o saldo final. Como já houve o movimento de liquidação, os Restos a Pagar Não Processados Liquidados compõem também os saldos das contas com atributos legais [F] do passivo do Balanço Patrimonial, causando assim a duplicidade. Acreditamos que o TCE-PE fará em breve ajustes relativos a esta equação.

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO:

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a + b - c - e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Documento assinado digitalmente por: GABRIEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA. Asses em: https://stc.tce.pe.gov.br/epi/validaDoc.shtm. Código do documento: 3b992f28-50a7-4b558-83cf-7b99de168fbc



Passivos com atributo F do Balanço Patrimonial: R\$ 26.254,27.
 Saldo líquido dos Restos a Pagar Não Processados no Balanço Orçamentário: R\$ 0,00.
 Inscrição de Restos a Pagar não Processados no Balanço Financeiro: R\$ 0,00.
Soma: R\$ 0,00.
 Saldo para o exercício seguinte da Dívida Flutuante: R\$ 0,00.
Diferença: R\$ 0,00.
 Valor Liquidado de Restos a Pagar Não Processados, conforme BO: R\$ 0,00.
 Valor Pago de Restos a Pagar Não Processados, conforme BO: R\$ 0,00.
Diferença: R\$ 0,00.
 Confirmando assim a diferença proveniente dos Restos a Pagar Não Processados, que foram liquidados, porém não foram pagos no exercício.

h) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

h.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registros de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2018	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2023	Em andamento



Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
 Assinado em: 2022/01/27 15:58:35
 Código do documento: 3569222a2-5047-4b58-83e-57b791e159860

Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depre amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Civis e Militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de <i>softwares</i> , marcas, patentes, licenças e congêneres classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2021	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	01/01/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



1	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Coordenador	Imediato	Concluído
Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).				

Documento Assinado Digitalmente por: CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
Acesso em: https://cetes-ctes-tes-pe.gov.br/cep/validador.shtm Código do documento: 35092929-5047-4158-82e4-7b19det68f0f

JOSIVAN DA SILVA SARAIVA
Coordenador

ROSTAND FALCÃO DE LIMA
Contador
CRC-PE Nº 019974/O-8